

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 39, DE 2022**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 480/2022**  
**OF 497/2022**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.981, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Rural Jaguareense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaré, Estado do Espírito Santo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 480

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências o ato constante da Portaria nº 4.981, de 24 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2019, que outorga autorização à Associação Rural Jaguarense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município Jaguaré, Estado do Espírito Santo.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE  
JAIR MESSIAS BOLSONARO

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://seepro.gov.br/assinador-digital>



EM nº 01352/2019 MCTIC



Brasília, 27 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.046138/2018-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rural Jaguareense, inscrita no CNPJ sob nº 31.033.776/0001-31, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré / ES, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.981-SEI, de 24 de Setembro de 2019, publicada no DOU de 27 de setembro de 2019.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4981/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguarense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 24/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4653865** e o código CRC **011B400A**.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 497/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 24 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.981, de 24 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2019, que outorga autorização à Associação Rural Jaguarense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município Jaguaré, Estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

**LUIZ EDUARDO RAMOS**  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 24/08/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3583945** e o código CRC **F78B682F** no site:  
[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3583945

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45706/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Concessão de outorga, Processo nº 01250.046138/2018-11.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de concessão de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908418** e o código CRC **41FD6CBE**.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4908418

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	01250.046138/2018-11
<b>Interessado:</b>	Associação Rural Jaguarense
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
<b>CNPJ:</b>	31.033.776/0001-31
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	ES
<b>Localidade:</b>	Jaguaré
<b>Tipo:</b>	Autorização - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	417

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 02/10/2019, às 08:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4689134** e o código CRC **2502BF2F**.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4689134

**ARJA**

**ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

**EDITAL Nº 112/2018/SEI-MCTIC**

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES**

Em anexo documentos do Edital nº 112MCTIC/2018 publicado no diário oficial da União em 04 de junho de 2018 .

**ARJA ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 07/08/18 às 15:00 horas

Assinatura: Conceição

## RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE	
Nome Fantasia: POSITIVA FM	
CNPJ: 31.033.776/0001-31	
Endereço de Sede: ROD.ES 356	Nº: s/n
Bairro: COMUNIDADE VARGEM GRANDE	CEP: 29950-000
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Endereço eletrônico (e-mail): AFKLOSS@HOTMAIL.COM	FONE 27 99511-7506
Endereço de correspondência: ROD BR 381. MIGUEL CURRY CARNEIRO KM 35 AOS CUIDADOS DE ASSITENCIA EMPRESARIAL WILL KLOSS LTDA ME	
Bairro: NOVA AYMORES	CEP: 29949-040
Cidade: SÃO MATEUS	UF: E.S

Localização proposta para instalação do Sistema Irradiante		
Endereço: RODOVIA ES 356 COMUNIDADE VARGEM GRANDE	Nº: S/N	
Bairro: ZONA RURAL	CEP: 29950-000	
Cidade: JAGUARE	UF: E.S	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude:	18.49'14.36" ° S
	Longitude:	40.09'16.24" ° W

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **112/2018/SEI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município de Jaguaré estado do Espírito Santo acima descritos .

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.



VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora.

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: PEDRO SEGANTINI		
Cargo: Diretor Geral	Tit. Eleitor: 0052.5485.1406	
RG: 470.424	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 558.598.447-00
Endereço: CORREGO SÃO BRAZ		Nº: s/n
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Pedro Segantini</i>		

Nome do dirigente: LORRANE DA CRUZ SILVA		
Cargo: Diretor Administrativo	Tit. Eleitor: 0372.4551 1414	
RG: 3.346.895	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 126.946957-60
Endereço: COMUNIDADE VARGEM GRANDE		Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Lorrane da Cruz Silva</i>		

Nome do dirigente: ITIARA PIRES NEGRIS		
Cargo: Diretor Operações	Tit. Eleitor: 0334 3832 1430	
RG: 8.399.016	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 157.301.577-62
Endereço: COMUNIDADE VARGEM GRANDE		Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Itiana Pires Negris</i>		

# **ESTATUTO SOCIAL**





## I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Notas e Protestos de Mercadorias - Direção Geral  
Rua Mel Silveira, 411, Centro, Curitiba, PR - 81130-144  
Atendimento: 41 3081-144  
Certidão que esta obra é reprodução fiel do original autenticado e  
certificado nos termos do Art. 9º da Lei 8.932/1994.  
E Testes nos termos da verdade. JARDINEZ, 31 de Junho de 2018.  
TCEP2558M 11:40:14  
BEATRIZ ALMEIDA RIBEIRO BEZADO - TABELIONO SUBSTITUTO  
Tornada autenticada em www.tjs.ju.br - SCA 11037, VTP1002, 4410  
Eduardo, Nº 2, 02 Curitiba, PR 81130-144 Tel: 41 3081-144



EM BRANCO



observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **ARJA** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - A Associação, contará com um numero ilimitado de associados, Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A **ARJA**, será composta pelas seguintes categorias de associados:  
I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de constituição.  
II - Contribuintes ou Efetivos.  
III - Honorários.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

## III - DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação,
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação,
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

## IV - DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado na forma prevista neste estatuto;
- II. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto,
- III. acordar e discorda da programação,
- IV. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho comunitário,

## V - DA ADMISSÃO DO ASSOCIADOS

A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado devera preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da associação, que observará os seguintes critérios:

- I. Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- II. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;

*Segunda*

*José G. d. Andrade*  
Advogado - OAB/ES 1.876  
CIC 215.809.287-49

*[Assinatura]*



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguarié - Oliveira Beraldo  
Rua Moel Silva, 413, Centro, Jaguarié-ES. Tel/Fax:(27)3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 79<sup>º</sup> V da Lei 8.935/1994.  
Em Teste de verdade. JAGUARIÉ-ES, 31 de julho de 2018.  
1KC9317610. 11:30:54  
SEL. WILLIAN RIBEIRO BERALDO - TABELIÃO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Selo:150839.VTP1802.04511  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO



III. Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

#### VI - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando o órgão competente da Associação seu pedido de demissão.

#### VII - DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A exclusão do associado se dará nas seguintes questões;

- I. Grave violação do estatuto;
- II. Difamar a Associação, seus membros, associados ou objetos;
- III. Atividades que contrariem decisões de Assembleias;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas;
- VII. O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto a associação.

Parágrafo único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria, cabendo sempre recurso a Assembleia Geral.

#### III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da **ARJA**,

- a) Assembleia Geral,
- b) Diretoria,
- c) Conselho Comunitário,

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ARCUJ**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 10 do mês de junho para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 2 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ARJA** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.



*[Handwritten signature]*

*Cartório de Juiz de Paz*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

José G. Andrade  
Advogado - OAB/ES 1.875  
CIC 215 809 287-49

*[Handwritten signature]*



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguaré - Oliveira Beraldo  
Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguaré-ES. Tel/Fax:(27)3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 7º da Lei 8.935/1994.  
Em Test. ~~de~~ verdade. JAGUARÉ-ES, 31 de julho de 2018.  
L5815UT6D1, 11:30:54  
REL. WILLIAM RIBEIRO BERALDO - TABELIÃO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Setor:150839.VTP1802.08512  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO



§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ARJA**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **ARJA** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a **ARJA** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da **ARJA**.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao diretor geral compete: representar a **ARJA**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **ARJA**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter

Begastini

AS

José C. A. Andrade  
Advogado - OAB/ES 1875  
CIC 215 809 287-49



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguari - Oliveira Beraldo  
Rua. Moel Silva, 413, Centro, Jaguari-ES. Tel/Fax: (27) 3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 7º, I, V da Lei 8.935/1994.  
Em Teste de verdade. JAGUARI-ES, 31 de julho de 2018.  
00044RUG20, 11:30:54  
DCL. WILLIAN RIBEIRO BERALDO - TABELIONO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Selo: 150839.VTP1802.04513  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO



sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

#### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

#### V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

#### VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ARJA, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

#### VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela

José G. Andrade  
Advogado OAB/ES 1.875  
CIC 215.809.287-49

EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguaré - Oliveira Beraldo  
Ria. Adel Silva, 413, Centro, Jaguaré-ES. Tel/Fax: (27) 3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 7º da Lei 8.935/1994.  
em 31 de julho de 2018. JAGUARÉ-ES, 31 de julho de 2018.  
DEL. WILLIAM RIBEIRO BERHALDO  
consulte autenticação em www.45601.jus.br  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO





deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º - A dissolução da **ARJA**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

### VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG dia 10 de junho de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Jaguare-E.S 10 de junho de 2018.

#### Presentes:

Pedro Segantini Pedro Segantini  
Lorrane Da Cruz Silva Lorrane da Cruz Silva  
Francina Rosa Ribeiro Ferreira Francina Rosa Ribeiro  
Andre Suim Andre Suim  
Itiara pires Negris Itiara Pires Negris  
Simão Cunha Simão Cunha  
Érica da Silva Ferreira Érica da Silva Ferreira  
Nair Bernado Da Cruz Pereira Nair Bernado Da Cruz Pereira  
Helio Oliveira Marcolino Helio Oliveira Marcolino



Jose G. de Andrade  
Adv. Marc. JABIES 1875  
15 809 28749

**CARTORIO DO 1º OFÍCIO - RPJ**  
RUA TANCREDO A. NEVES, 444, CENTRO, JAGUARÉ - ES  
Cep: 29950000 - Tel:37691356 - e-mail: cartoriorgijaguare@gmail.com

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Selo Digital de Fiscalização  
023051 K051204.01177 - Consulte autenticidade em www.tjse.jus.br  
Emol: R\$218,36, FUNEPJ: R\$21,00, FARPEN: R\$0,00  
FADESPES: R\$10,01, FUNCAD: R\$10,01  
TOTAL: R\$279,37

Protocolo Nº: 510, em 03/07/2018, LIVRO 1-A, Fls.:  
Atos: Registro Nº: 159, Livro 9

Jaguare-ES, 13/07/2018.

GIANFRANCESCO RIZZI SIQUEIRA



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguaré - Oliveira Beraldo  
Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguaré-ES. Tel/Fax:(27)3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 7º, V da Lei 8.935/1994.  
Em Teste, a verdade. JAGUARÉ-ES, 31 de julho de 2018.  
20THA31117, 11:30:55  
DEL. WILLIAN RIBEIRO BERALDO - TABELINO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Gerar:150039.0TP1802.045  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO

---

**ATA DE CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DOS ATUAIS  
DIRIGENTES**



**ATA DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE (ARJA).**

Às 19:00 Horas (Dezenove Horas) do dia, 10, de junho, de, 2018, (Dois Mil e dezoito), neste município reuniram-se na sede da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE (ARJA)** situada na Rodovia ES 356 comunidade Vargem Grande zona rural s/n, cep 29950-000 na cidade de jaguaré Estado do Espírito Santo. Onde presentes se encontravam : **Pedro Segantini** , brasileiro casado, agricultor, RG nº 470.424 SPTC/ES e CPF nº 558.598.447-00, residente e domiciliado no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356. **Lorrane Da Cruz Silva** , brasileira, solteira, do lar RG nº 3.346.895 SPTC/ES e CPF nº 126.946.957- 60 residente e domiciliada comunidade vargem grande zona rural s/n da Rodovia ES 356 . **Francina Rosa Ribeiro Ferreira**, brasileira ,viúva , pensionista RG nº17.244.189 SPTC/MG e CPF nº 030.898.477-36 residente e domiciliada no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356 **Andre Suim**, brasileiro, solteiro, capaz, agricultor, portador da Carteira de Trabalho nº. 79.426 série 027/ES, e CPF nº125.494.197-58, residente e domiciliado, residente e domiciliado no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356, **Itiara pires Negris** brasileira, solteira , autônoma RG nº 8399016 MPTS/ES e CPF nº 157.301.577-62 residente e domiciliada comunidade vargem grande zona rural s/n da Rodovia ES 356 .**Simão Cunha**, brasileiro, solteiro, capaz, auxiliar de serviço gerais, portador do RG nº. 1.836.130 SPTC/ES e CPF nº. 113.895.887-50, residente e domiciliado no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356, **Érica da Silva Ferreira**, brasileira, solteira, maior, do lar, portador do RG nº. 3.764.157 SPTC/ES e CPF nº. 173.211.897-32 residente e domiciliada, no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356, **Nair Bernado Da Cruz Pereira**, brasileira, casada, Do Lar, capaz, empresária, portadora do RG nº. 16.377.747 PC/MG e CPF nº. 103.474.477-16, residente e domiciliada , residente e domiciliado no correjo São Braz zona rural s/n da Rodovia ES 356, **Helio Oliveira Marcolino**, brasileiro, solteiro, autônomo RG nº.13.670.11SSP/ES e CPF nº.031.616.437-20 residente e domiciliado na comunidade são Rafael da Rodovia ES 356, todos aqui assinam a lista de presença, que nesta data reúnem-se para fundar, **Associação Rural Jaguarense (ARJA)**, Tendo sido eleito para exercer o cargo de secretário "Ad Hoc" a Sr <sup>a</sup> **Lorrane Da Cruz Silva**, para esta função. Feita a proposta de criação da entidade com a finalidade que foi explicitada no presente estatuto, que se faz anexo a este, lido e apresentado à todos os presentes. Após análise ficou aprovada por todos os presentes à constituição da **Associação Rural Jaguarense (ARJA)**, com o objetivo de valorizar a cultura e



*[Handwritten signature]*

*Lorrane da Cruz Silva*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
**José G. Andrade**  
Advogado OAB/ES 1875  
CIC 215 809 287-49

*[Handwritten signature]*



EM BRANCO

Cartório Tabelionato de Jaguaré - Oliveira Beraldo  
Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguaré-ES. Tel/Fax: (27) 3769-1441  
AUTENTICAÇÃO - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 75<sup>º</sup> V da Lei 8.935/1994.  
Em Teste da verdade. JAGUARÉ-ES, 31 de julho de 2019.  
H68F1MV2UF, 11:30:53  
BEL. WILLIAM RIBEIRO BERALDO - TABELIÃO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Selo: 150839.VTP1802.04509  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53

EM BRANCO



tradição da comunidade bem como informação aos produtores rurais. O presidente da seção determinou que passasse a tratar de assuntos concernentes à formação e composição da diretoria da **Associação Rural Jaguareense (ARJA)**. Deu início à Eleição da primeira diretoria da entidade, depois de informar que apenas um membro se inscreveu, tendo como candidato a diretor geral o **Srº, Pedro Segantini**. O procedimento eleitoral foi por voto de aclamação. Votaram cerca de 9 (nove) pessoas e todos votaram, sendo unânimes pela aprovação da presidência. Não houve votos nulos nem brancos. Sendo assim, o resultado geral foi à posse do cargo, que tem a seguinte composição eleita: **Diretor geral Srº Pedro Segantini**, com 8 votos, **Diretor administrativo Srª Lorrane Da Cruz Silva**, com 7 votos, **Diretor de Operações Srª Itiara pires Negrís** com 8 votos, e o conselho comunitario com as seguintes pessoas **Andre Suim**, com 8 votos, **Simão Cunha**, com 7 votos, **Francina Rosa Ribeiro Ferreira** com 6 votos, **Nair Bernado Da Cruz Pereira** com 5 votos **Érica da Silva Ferreira** com 4 votos. Todos os eleitos foram declarados empossados. O presente Estatuto Social, lavrado, nesta data e assinado, pelo Presidente e por todos os outros membros acima citados, bem como o Advogado responsável por este ato. Encerrada à pauta às 22:30 Horas. Foi declarado o encerramento da seção com aprovação unânime da Assembléia. Nada mais havendo, eu Lorrane Da Cruz Silva, secretária "Ad Hoc", lavrei a presente ata que vai devidamente assinada pelos presentes.

Comunidade Vargem Grande Jaguaré /ES, 10 de junho de 2018

**Presentes:**

Pedro Segantini *Pedro Segantini*  
Lorrane Da Cruz Silva *Lorrane da Cruz Silva*  
Francina Rosa Ribeiro Ferreira *Francina Rosa Ribeiro*  
Andre Suim *Andre Suim*  
Itiara pires Negrís *Itiara Pires Negrís*  
Simão Cunha *Simão Cunha*  
Érica da Silva Ferreira *Érica da Silva Ferreira*  
Nair Bernado Da Cruz Pereira *Nair Bernado Da Cruz Pereira*  
Helio Oliveira Marcolino *Helio Oliveira Marcolino*

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - RPJ**  
RUA TANCREDO A. NEVES, 444, CENTRO, JAGUARÉ - ES  
Cep: 29950000 - Tel: 37691356 - e-mail: cartoriorgijaguare@gmail.com

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Selo Digital de Fiscalização  
023051.X051204.01177 - Consulte autenticidade em www.4jes.jus.br  
Emal: R\$210,36, FUNEPJ: R\$21,00, FARPEN: R\$0,00  
FADESPES: R\$10,01, FUNCRO: R\$10,01  
TOTAL: R\$272,37

Protocolo Nº: 510, em 03/07/2018, LIVRO 1-A, Fls. 1  
Atos: Registro Nº: 159, Livro A

Jaguare-ES, 13/07/2018.

GIANFRANCESCO RIZZI SIQUEIRA



*Andrade*  
Advogado - OAB/ES 1875  
CIC 215 809 287 49



EM BRANCO



Cartório Tabelionato de Jaguari - Oliveira Beraldo  
Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguari-ES. Tel/Fax:(27)3769-1441  
A U T E N T I C A Ç Ã O - 1 (uma) cópia(s) frente  
Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original autenticando-a  
nos termos do Artigo 7º - V da Lei 8.935/1994.  
E em verdade. JAGUARI-ES, 31 de julho de 2018.  
PBEWDEP9PR, 11:30:33  
DEL. WILLIAN RIBEIRO BERALDO - TABELIÃO SUBSTITUTO  
consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) - Selo:150839.VTP1802.02508  
Emolumentos: R\$ 2,83 Encargos: R\$ 0,70 Total: R\$ 3,53



EM BRANCO

---

**Prova de que todos os diretores são maiores.**

CÉDULA DE IDENTIDADE	
ESTADO DO ESPIRITO SANTO	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
<i>[Signature]</i> TITULAR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	R.G. 470.424      RL 001-2109
	NOME PEDRO SEGANTINI
	ASSINATURA <i>Pedro Segantini</i>
	FILIAÇÃO ANGELO SEGANTINI ARLINDA GARRAFA
	SEXO CÍVIL OLHECUM ALTURA M BR C 1.72
	E. CIVIL DATA NASCIMENTO CAS 01.08.1996
BRASILEIRO - NATURAL DE S. MATEUS ES	
Data 24.11.1977	
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DEPT. DE POLÍCIA TÉCNICA	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

SPIC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

SÃO MATEUS

*Lorrane da Cruz Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.346.895 - ES

NOME LORRANE DA CRUZ SILVA

DATA DE EXPEDIÇÃO 11.11.2009

PAIS DO NASCIMENTO LUZIMAR AYRES DA SILVA E MARILENE DOS SANTOS DA CRUZ

NATURALIDADE SÃO MATEUS/ES

DATA DE NASCIMENTO 09.06.1995

DOC. OR. GERAL CERT. NASC. 29711 FL 286 LV A 77 P A R A F O N S O



SÃO MATEUS - ES - 07.11.1995

*Elaine Encarnação*  
Elaine de Lana Encarnação  
ASSINATURA DO DIRETOR

1077

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL SPTO / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	
<i>Itiara Pires Negriz</i> ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	3.686.507 - ES
DATA DE EMISSÃO	24.08.2012
NOME	ITIARA PIRES NEGRIS
PATRIÇÃO	DEMÉTRIO NEGRIS NETO E CREUZA PIRES
NATURALIDADE	SÃO MATEUS/ES
DATA DE NASCIMENTO	02.05.1994
DOC. ORDEM	CERT. NASC. 3706 FL 190 LV 5 A.P.SCHULZ
	SÃO MATEUS - ES - 22.11.2000
<i>Pegum</i> Titular de Carteira de Identidade	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

**Prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou  
brasileiros naturalizados há mais de dez anos .**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nomes  
**PEDRO SEGANTINI**  
**FRANCISCA RISSI**

MATRÍCULA:  
000770 01 55 1975 2 00011 130 0001571 44

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

**PEDRO SEGANTINI**, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido em 01/08/1956, natural de São Mateus/ES, filho de **ANGELO SEGANTINI** e **ARLINDA CARRARA**.

**FRANCISCA RISSI**, brasileira, solteira, doméstica, nascida em 08/01/1955, natural de São Mateus/ES, filha de **PRIMO RISSI** e **OLINDINA GALVÃO**.

DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSÃO)

Aos vinte e sete de Dezembro de Mil novecentos e setenta e cinco

DIA MÊS ANO

27

12

1975

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

Ele: **PEDRO SEGANTINI**

Ela: **FRANCISCA RISSI SEGANTINI**

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Nada consta.

Certifico que, em data de 13 de janeiro de 2016, foi materializada esta certidão enviada pela Central de Informações do Registro Civil, sendo a autenticidade de sua assinatura digital padrão ICP-Brasil por mim conferida.

Certidão lavrada por Norley Rosa Gomes - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Colatina - Distrito de Baunilha, o(a) qual assinou eletronicamente aos 12 de janeiro de 2016, nos termos do Provimento nº 38/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais  
Colatina - Distrito de Baunilha - ES

Norley Rosa Gomes  
Oficial

Rua Virginia Calmon, 58 - Distrito de Baunilha -  
CEP: 29700-712  
Tel: (27) 3743-2031

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé

*Magali Patrícia Soares de Oliveira*  
Jaguaré - ES  
Magali Patrícia Soares de Oliveira  
Oficial

Valor recebido pela certidão eletrônica: R\$ 28,90  
Valor recebido pela materialização: R\$ 25,86

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Selo Digital de Fiscalização  
023507.EZO1501.00122


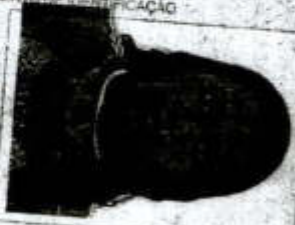
Emol.: R\$ 22,74 Encargos: R\$ 10,16 Total: R\$ 32,90

Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Selo Digital de Fiscalização  
022384.LDB1401.02417

Emol.: R\$ 20,67 Encargos: R\$ 9,19 Total: R\$ 29,86

Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
POLÍCIA CIVIL	
SPTC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	
Lorraine da Cruz Silva	
ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO SERIAL 3.346.895 - ES	DATA DE EXPIRAÇÃO 11.11.2009
NOME LORRANE DA CRUZ SILVA	
FILIAÇÃO LUZIMAR AYRES DA SILVA E MARILENE DOS SANTOS DA CRUZ	
NATURALIDADE SÃO MATEUS/ES	
DATA DE NASCIMENTO 09.06.1995	
DCC ORDEM CERT. NASC. 29711 FL 286 LVA 77 P A R A F O N S O	
SÃO MATEUS - ES - 07.11.1995	
ASSINATURA DO DIRETOR 1077	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL SRTO / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	
NOVA VENEZIA	
Itiara Pires Negris	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO SERIAL	3.688.507 - ES
DATA DE EXPEDIÇÃO	24.08.2012
NOME	ITIARA PIRES NEGRIS
PROVAÇÃO	DEMÉTRIO NEGRIS NETO E CREUZA PIRES
NATURALIDADE	SÃO MATEUS/ES
DATA DE NASCIMENTO	02.05.1994
DOC. ORIGEM	CERT. NASC. 3706 FL 190 LV 5 A.P.SCHULZ SÃO MATEUS - ES - 22.11.2000
1063	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

## **MANIFESTAÇÕES DE PESSOA JURIDICA**

## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAGUARE-ES	
CNPJ: 08.285.220/0001-10	
Endereço: R NOEL SILVA	
Bairro: CENTRO	Nº. 154
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Nome do representante legal: Fábio Silverio Uceli	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S, 30 de julho de 2018

Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
Agricultores (AS) Familiares de Jaguaré-ES  
  
Fábio Silverio Uceli  
Presidente

Fábio Silverio Uceli



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

## Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.285.220/0001-10 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 01/09/2006	
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAGUARE-ES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical			
LOGRADOURO R NOEL SILVA		NÚMERO 154	COMPLEMENTO
CEP 29.950-000	BARRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JAGUARE	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO adcon@simonet.com.br		TELEFONE (27) 3769-1715	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/09/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 01/08/2018 às 13:53:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



SEDE: Rua Noel Silva, 154 – Centro CEP: 29950-000 – Jaguaré – ES.  
CNPJ 08.285.220/0001-10 – Tel: (27) 3769-1715 Cel.(27)99933-8955

E-mail: strdejaguaré@hotmail.com  
Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00



ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DA DIRETORIA E  
CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E  
AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAGUARÉ-ES,  
REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2017,  
ÀS 10:00HS, NO SALÃO DO PROJETO BEM VIVER.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2017, às 10:00 horas, realizou a Solenidade de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Jaguaré-ES, entidade sindical de primeiro grau, integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais ativos que a partir dos dezesseis anos de idade, exerçam atividades na agricultura, tais como: pequenos produtores, agricultores e agricultoras familiar, qualquer que seja a titulação da posse da terra (proprietários, posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, comodatários, Assentados agroindústria, na produção extrativa rural de florestamento e reflorestamento), que exerçam a atividade rural em regime de economia familiar, em condições de mútua dependência e colaboração, com ou sem ajuda de terceiros do Município de Jaguaré-ES, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei 11.326 de 2006 e nos termos do Decreto 1.166/1971 com área de até 02 (dois) módulos rurais, inscrita no CNPJ nº 08.285.220/0001-10, situado à Rua Noel Silva nº 154, centro, nesta cidade, com a presença da Senhora Ranielle Badiane Bianchi Groner, Diretora da FETAES – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo, o Deputado Federal o Senhor Givaldo Vieira, o Pároco de Jaguaré, Padre Belmiro Ohnezorge, o Secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Jaguaré o Senhor Ivan Bernabé, a Diretora do Sindicato dos Trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Rio Bananal a

Sálvio Libério Ueli Maria da Silva Pontara João Carlos de Souza  
Romeu Severino Mouzale Epnair Rodrigues Izabela Brusch Paquedali  
Tranieri Linhart Bonomo Dênia Gauriti Bimcord  
Odilso Luiz dos Anjos Santos Alice Vallabermachina Rosilene Patrão Corini  
Ana Luíza morais Lacerdan







Eliondre Hachbort Maria da Purificação  
 Romilda Estorilimburg Geraldo marto  
~~Walter J. J. J.~~ Rudiane Olimpio de Paula Martins

Salvo Silveira Ueli Maria da Silva Pontana João Carlos de Souza Lage  
Romero Ezequiel Mouzole Genair Rodrigues Jazaro Brusch Paquetá  
Pameli Lindatti Bonanno. Dônia Laureti Bismard. &  
Odete Luz dos Santos Ezequiel. Alice Vallabermadina Resilene Patrício  
ma buzia marcia Jucizom





SEDE: Rua Noel Silva, 154 - Centro CEP: 29950-000 - Jaguaré - ES.  
 CNPJ: 08.285.220/0001-10 - Tel: (27) 3769-1715 Cel: (27) 99933-8955  
 E-mail: strdejaguare@hotmail.com  
 Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00

solteiro, trabalhador rural, CPF nº 128433397-31, CI nº 3240444-ES, NIT 16870122157, DAP SDW0128433397312411140216, residente e domiciliado na Comunidade São João Bosco-Jaguare-ES; 2º Secretário de Jovens: Neidiane Olímpio de Paula Martins, brasileira, convivente, trabalhadora rural, CPF nº 140841937-80, NIT 26739451159, DAP SDW0140841937800102120148, residente e domiciliada na Comunidade de São Roque-Jaguare-ES; Secretário de Políticas Sociais: Adevilson Lima Fagundes, brasileiro, casado, trabalhador rural, CPF nº 003726247-58, CI nº 962706-ES, NIT 11606384338, DAP SDW0003726247583006170902, residente e domiciliado no Córrego do Giral-Jaguare-ES; 2º Secretário de Políticas Sociais: Genair Rodrigues, brasileiro, casado, trabalhador rural, CPF nº 072956447-92, CI nº 10157549-MG, NIT 11400466339, DAP SDW007295644792211120221; residente e domiciliado no Córrego do Rio Preto-Jaguare-ES; Secretária de Mulheres: Sônia Laurete Biancardi, brasileira, casada, trabalhadora rural, CPF nº 075439027-61, CI nº 1752123-ES, NIT 11606367964, DAP SDW0045710607771711160134; residente e domiciliada na Comunidade Santos Anjos-Jaguare-ES; 2ª Secretária de Mulheres: Alice Dallabernadina, brasileira, casada, trabalhadora rural, CPF nº 079303887-19; CI nº 1539485-ES, NIT 11451845973, DAP SDW0005389117192407120952, residente e domiciliada na Comunidade São João Bosco-Jaguare-ES. CONSELHO FISCAL: EFETIVOS: Ranieri Vinhati Bonomo, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, CPF nº 146813577-58, CI nº 3329895-ES, NIT 16538742514, DAP SDW0146813577582706170959, residente e domiciliado em Cabeceira do Córrego da Areia- Giral-Jaguare-ES; Maria da Penha Langa, brasileira, casada, trabalhadora rural, CPF nº 015215757-38, NIT 11606371449, DAP SDW0793490727342910130246, residente e domiciliada no Córrego do Cachimbal-Jaguare-ES, Geraldo Merlo, brasileiro, casado, trabalhador rural, CPF nº 020300887-14, CI nº 1266328-ES, NIT 11440082710, DAP SDW0015391397512806170958, residente e domiciliado no Córrego do Cachimbal-Jaguare-ES; SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Romildo Brandenburg, brasileiro, casado, trabalhador rural, CPF nº 109860037-19, CI nº 2299163-ES, NIT 11961686621, DAP SDW0109860037192109150853, residente e domiciliado no Córrego São João do Estivado-

*Aliandro Hochbart Maria da Penha Langa  
 Romildo Brandenburg Genildo Merlo  
 Neidiane Olímpio de Paula Martins  
 Adevilson Lima Fagundes  
 Sônia Laurete Biancardi  
 Alice Dallabernadina  
 Ranieri Vinhati Bonomo  
 Geraldo Merlo  
 Romildo Brandenburg  
 Genair Rodrigues*

*Salvo Lúcio Leal Maria da Silva Pontana  
 Romildo Brandenburg  
 Ranieri Vinhati Bonomo  
 Sônia Laurete Biancardi  
 Adevilson Lima Fagundes  
 Alice Dallabernadina  
 Rosilene Pastorelli  
 uma buzia morais Ferreira  
 João Paulo de Souza Lima  
 Lazaro Brusch Paquellato*

*Chidisan Jovad.  
 André Budino do  
 Sônia Laurete  
 Teseu  
 e i. l. e. i. e.  
 S. T. e. i. e. i. e.*





SEDE: Rua Noel Silva, 154 – Centro CEP: 29950-000 – Jaguaré – ES.

Fone: 38.285.220/0001-10 – Tel: (27) 3769-1715 Cel: (27) 99933-8955

E-mail: strdejaguaré@hotmail.com

Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00

Jaguaré-ES; Ana Lúzia Moraes Trevizan, brasileira, casada, trabalhadora rural, CPF nº 068935367-71, CI nº 3691674ES, NIT 11417626555, DAP SDW0007969557432906170418, residente e domiciliada no Bairro Palmital- Jaguaré-ES; Elíedison Jacob, brasileiro, casado, trabalhador rural CPF nº 083385607-31, CI nº 1565723-ES, NIT 11959607540, DAP SDW0083385607312411140835, residente e domiciliado no Córrego São João do Estivado- Jaguaré-ES. Empossada a diretoria e o conselho fiscal do Sindicato, a Diretora dos Trabalhos, passou a palavra ao presidente empossado para os agradecimentos. Com a palavra o Senhor Fábio Silvério Uceli Presidente, agradeceu os (as) companheiros (as) a confiança depositada em mais um mandato para administrar o Sindicato juntamente com os (as) demais companheiros (as) da chapa e disse que estará a disposição para informar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados (as) e não sindicalizados (as). No término de sua palavra, passou a mesma a diretora dos trabalhos, e a mesma usando-a a fala franqueou a palavra a quem quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, deu por encerrado os trabalhos às 11:30 horas, e eu, Rosilene Jastrow Carini, Secretária dos Trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada é assinada por mim, pela senhora diretora dos trabalhos, e pelos diretores (as) e conselheiros (as) fiscais empossados (as). Jaguaré - ES, 16 de dezembro de 2017.

Jaguaré-ES, 16 de dezembro de 2017

CLAUDIA MACIEL MARÇARO (Diretora dos Trabalhos)

ROSILENE JASTROW CARINI (Secretária dos trabalhos)

Fábio Silvério Uceli Maria da Silva Pontana João Carlos de Souza Reis  
 Romeu Souza Mouzole Elnair Rodrigues Sazaro Brusch Paquellier  
 Taniery Linhati Barreto Dônia Laureti Barreto  
 Odete Leiz dos Santos Alice Vallabimadina  
 Ana Lúzia Moraes Trevizan



SEDE: Rua Noel Silva, 154 - Centro CEP: 29950-000 - Jaguaré - ES.  
CNPJ 08.285.220/0001-10 - Tel: (27) 3769-1715 Cel.(27)99933-8955  
E-mail: strdejaguare@hotmail.com  
Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00

STR

*Fábio Silvério Uceli*

FABIO SILVÉRIO UCALI (Presidente)

*João Carlos de Sousa Lopes*

JOÃO CARLOS DE SOUSA LOPES (Vice-Presidente)

*Pablo Felix de Lima*

PABLO FELIX DE LIMA (Secretário de Administração e Finanças)

*Wellisson Fosse*

WELLISSON FOSSE (vice-Secretário de Administração e Finanças)

*Maria da Silva Pontara*

MARIA DA SILVA PONTARA (Secretaria de Terceira Idade)

*Edelucia Stabenow Tesche*

EDELUCIA STABENOW TESCHE (vice- Secretaria Terceira idade)

*Rosilene Jastrow Carini*

ROSILENE JASTROW CARINI (Secretária de Formação, Organização Sindical e Comunicação)

*Raquel Dalvi*

RAQUEL DALVI (vice-Secretária de Formação, Organização Sindical e Comunicação)

*Odinei Luiz dos Anjos Santos*

ODIRLEI LUIZ DOS ANJOS SANTOS (Secretário de Política Agrícola e Política Agrária)

*Renata Lucia Mougela Genair Rodrigues Sazaro Brusch*

*Ranieri Linhart Barreto Jônia Laurete Barreto*

*Alice Vallabernadine*

*Ana Luíza Maria Jucizian*



*Sebastião André Chudino*

*Cláudio*

*Renata*

*Elisandro Farchibon Maria da Penha Longo  
Rômulo Brondembury*

*Paula Martins*

*Paula Martins*

*Paula Martins*

*Paula Martins*



SEDE: Rua Noel Silva, 154 – Centro CEP: 29950-000 – Jaguaré – ES.  
CNPJ 08.285.220/0001-10 – Tel: (27) 3769-1715 Cel.(27)99933-8955  
E-mail: strdejaguaré@hotmail.com  
Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00

*Romeu Silveira Manzole*

ROMEU SILVEIRA MANZOLE (Vice-Secretário de Política Agrícola e Política Agrária)

*Eliandro Hachbart*

ELIANDRO HACHBART (Secretário de Meio Ambiente)

*Sebastião Andre Claudino dos Santos*

SEBASTIÃO ANDRE CLAUDINO DOS SANTOS (Vice-Secretário de Meio Ambiente)

*Lázaro Bruschi*

LÁZARO BRUSCHI (Secretário de Jovens)



*Neidiane Olimpio de Paula Martins*

NEIDIANE OLÍMPIO DE PAULA MARTINS (Vice-secretária de jovens)

*Adevilson Lima Fagundes*

ADEVILSON LIMA FAGUNDES (Políticas Sociais)

*Genair Rodrigues*

GENAIR RODRIGUES (Vice- Secretário de Políticas Sociais)

*Sônia Laurete Biancardi*

SÔNIA LAURETE BIANCARDI (Secretária de Mulheres)

*Alice Dallabernadina*

ALICE DALLABERNADINA (Vice-secretária de Mulheres)

*Ranieri Vinhati Bonomo*

RANIERI VINHATI BONOMO (Efetivo/conselho fiscal)

*Sálvio Silvério Ueli Maria da Silva Pontana Paquetá*  
*Odilci Luiz dos Anjos Santos*

*João Carlos de Souza Rego*

*Edilson Jacó*

*Adalberto de Almeida*

*Amor S.O. e Talvânia Toledo*



SEDE: Rua Noel Silva, 154 - Centro CEP: 29950-000 - Jaguaré - ES.  
CNPJ 08.285.220/0001-10 - Tel: (27) 3769-1715 Cel.(27)99933-8955  
E-mail: strdejaguare@hotmail.com  
Registro (MTE) Nº: 460000021779/2006-00

STB

Núcleos Simples de Paulo Martins

Maria da Penha Langa

MARIA DA PENHA LANGA (Efetivo/conselho fiscal)

Geraldo Merlo

GERALDO MERLO (Efetivo/conselho fiscal)

Romildo Brandemburg

ROMILDO BRANDEMBURG (Suplente/Conselho Fiscal)

Ana Luzia Moraes Trevisan

ANA LUZIA MORAIS TREVISAN (Suplente/Conselho fiscal)

Elidison Jacob

ELIDISON JACOB (Suplente/Conselho fiscal)

Ranielle

RANIELLE BADIANI BIANCHI GRONER (DIRETORA DOS TRABALHOS/ SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS E JUVENTUDE DA FETAES)



Abdala de Lima

Secretário André de Lima

João Carlos de Souza

Silvio Lúcio Uchida Maria da Silva Santana Sazaro Brusch  
Romero Alves de Souza  
Ranieri Linhart Bonanno Dônia Gaurito Biccardi  
Odinei Luiz dos Santos Santa e Alce Vallabermadina Raquelahiri  
Eliandro Thachbart



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE MOSSA S/A
CNPJ:	04.760.258/0001-49
Endereço:	Camargo do Sinal
Bairro:	Zona Rural FAC ALVI
Cidade:	Jaguare
Nome do representante legal:	VALENTIN IWAIR GIASSI NOVELLO
Nº.	S/M
UF:	E-S

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguare E.S, 30 de julho de 2018



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.760.258/0001-47</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		DATA DE ABERTURA <b>19/10/2001</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE NOSSA SENHORA APARECIDA (APRONA)</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APRONA</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-8-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>FAZ DALVI</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>ZONA RURAL</b>	
CEP <b>29.950-000</b>	BARRO/DISTRITO <b>CORREGO DO GIRAU</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/10/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 01/08/2018 às 13:49:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Produtores Familiares de Nossa Senhora Aparecida (APRONA)

FABIANO DALVI

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Produtores Familiares de Nossa Senhora Aparecida (APRONA)

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Produtores Familiares de Nossa Senhora Aparecida (APRONA)

Aos 06 (seis) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito) horas e 30 (trinta) minutos, no Centro de Catequética Nossa Senhora Aparecida do Giral, no Município de Jaguaré-ES, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os associados da APRONA, no CNPJ nº 04.760.253/0001-47, para a Homologação do pedido de adesão/inclusão de novos associados, b) Eleição e posse da nova diretoria e do Conselho Fiscal, para o biênio de 2018/2019. Estavam presentes os seguintes Associados: Valentin Ivair Grassi Morello, Claudecyr Eugenio Valt, Dalvi Ana Rosa da Silva Dalvi, Dejanete Moreira Nunes, Renilso Dalvi, Wendel Dalvi, Juliano Dalvi, Fabiano Dalvi, José Albino Rosato, Luiz Gonzaga Dalvi, Simão Locatelli, Alcione Locatelli, Pedro Henrique Dalvi Bruno, Carmelito Neres Vieira, Antonio Neres Vieira e Marivane Neres Vieira. Ainda presentes os não associados até esta data: Deusdete Quaterzani, Wadson Aquino Quaterzani, Marcio Augusto Dias e Aleandro de Souza. O Sr. Presidente Juliano Dalvi deu boas vindas a todos, expressando a felicidade em estar trabalhando em prol da Associação, agradecendo a presença de todos, solicitou ao secretário da Associação o Sr. Simão Locatelli, que procedesse a leitura do convite oficial de convocação. Eu, Juliano Dalvi, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do CPF nº 141.670.577-51 e CI nº 3.175.400 SSP-ES, no uso das atribuições que me confere o Estatuto da Entidade, venho respeitosamente deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Homologação de pedido de adesão/inclusão de novos associados, sendo eles: Deusdete Quaterzani, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 009.629.097-85 e CI nº 08339214 95-BA, residente e domiciliado no lugar denominado Comunidade Bom Jesus, neste Município de Jaguaré-ES, Wadson Aquino Quaterzani, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 116.902.237-58 e CI nº 1362953040 SSP-BA, residente e domiciliado no lugar denominado Comunidade Bom Jesus, Município de Jaguaré-ES, Marcio Augusto Dias, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 094.212.667-06 e CI nº 18.089.087-MG, residente e domiciliado no lugar denominado Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Giral, neste Município de Jaguaré-ES e Aleandro de Souza, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 079.146.847-08 e CI nº 1627111 SSP-ES, residente e domiciliado no lugar denominado Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Giral, neste Município de Jaguaré-ES. O pedido de adesão de novos associados foi aceito por todos os associados fundadores da APRONA que se manifestaram de forma positiva, justificando a importância de podermos contar com pessoas que querem se tornar sócias e colaborarem para o bom desenvolvimento da entidade. b) Eleição e posse da nova diretoria e do Conselho Fiscal. Em

Juliano Dalvi, Deusdete Quaterzani, Ana Rosa da Silva Dalvi



seguida a assembleia solicitou ao presidente que concedesse um tempo para indicação e apresentação de chapas para a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, sendo o pedido aceito pelo presidente. Os associados discutiram e apresentaram ao presidente uma única chapa de consenso, sendo: **PRESIDENTE**: Valentin Ivair Grassi Morello, casado, portador do CPF nº 904.141.107-06 e CI nº 3.877.264-BA, **VICE PRESIDENTE**: Pedro Henrique Dalvi Bruno, solteiro, portador do CPF nº 147.941.567-74 e CI 3.310.366-ES, **TESOUREIRO**: Juliano Dalvi, solteiro, portador do CPF nº 141.670.577-51 e CI nº 3.175.400 SPP-ES, **VICE TESOUREIRO**: Simão Locatelli, solteiro, portador do CPF nº 117.555.617-33 e CI nº 2.113.633 SPTC-ES, **SECRETÁRIO**: Alcidei Locatelli, casado, portador do CPF nº 090.016.557-17 e CI nº 30.028 MTPS-ES, **VICE SECRETÁRIO**: Carmelito Neris Vieira, casado, portador do CPF nº 925.793.887-53 e CI nº 872.362-ES, **CONSELHO FISCAL TITULARES**: a) Renilso Dalvi, casado, portador do CPF nº 017.087.367-60 e CTPS nº 15.868 série 00009-ES; b) Gilmar Dalvi, casado, portador do CPF nº 027.513.977-88 e CI nº 1.803.569 SSP-ES; c) Antonio Neris Vieira, casado, portador do CPF nº 575.187.427-72 e CI nº 570.740-ES, **CONSELHO FISCAL SUPLENTE**s: a) Paschoal Dalvi, casado, portador do CPF nº 948.422.487-34 e CTPS nº 22.374 MTPS-ES; b) José Albino Rosato, solteiro, portador do CPF nº 007.969.837-98 e CI nº 1.079.361 SPTC-ES; c) Fabrino Dalvi, solteiro, portador do CPF nº 142.697.183-73 e CTPS nº 4649004; d) Marivano Neris Vieira, casado, portador do CPF nº 045.709.977-16 e CI nº 3.820.124-ES. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação a CHAPA ÚNICA que foi aprovada por todos os presentes. Não tendo mais assuntos em pauta a tratar na ordem do dia, o Sr. Presidente em exercício, convocou os eleitos nesta Assembleia a se colocarem de pé, para tomarem posse de acordo com suas funções. Assim sendo, o Presidente empossou todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o mandato de 2018/2019. Não havendo mais nada a tratar, Eu, Simão Locatelli, Secretário da Associação, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por mim, pelo Presidente e por todos os associados presentes.

Jaguaré-ES, 08 de Janeiro de 2018.

Juliano Dalvi

*Juliano Dalvi*

Valentin Ivair Grassi Morello

Simão Locatelli

*Simão Locatelli*

Claudecyr Eugênio Valt

*Claudecyr Eugênio Valt*

Gilmar Dalvi

*Gilmar Dalvi*



Paschoal Dalvi *Paschoal Dalvi*  
 Ana Rosa da Silva Dalvi *Ana Rosa da Silva Dalvi*  
 Wendel Dalvi *Wendel Dalvi*  
 Kátia Cileni Locatelle Morello *Katia Cileni Locatelle Morello*  
 Renilson Dalvi *Renilson Dalvi*  
 Tereza Dalvi Morello *Tereza Dalvi Morello*  
 Dejanete Moreira Nunes *Dejanete Moreira Nunes*  
 Luiz Gonzaga Dalvi *Luiz Gonzaga Dalvi*  
 Fabrino Dalvi *FABRINO DALVI*  
 José Albino Rosato *José Albino Rosato*  
 Alcideir Locatelli *Alcideir Locatelli*  
 Pedro Henrique Dalvi Bruno *Pedro Henrique Dalvi Bruno*  
 Carmelito Neris Vieira *Carmelito Neris Vieira*  
 Antonio Neris Vieira *Antonio Neris Vieira*  
 Marivano Neris Vieira *Marivano Neris Vieira*  
 Deusdete Quarteza *Deusdete Quarteza*  
 Wadson Aquino Quarteza *Wadson Aquino Quarteza*  
 Marcio Augusto Dias *Marcio Augusto Dias*  
 Aleandro de Souza *Aleandro de Souza*



Cartório Tabelionato de Jure - Jaguari - Paraná  
 Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguari-ES. Tel/Fax: (27) 3749-1441  
 Reconheço por semelhança as firmas de PASCHOAL DALVI, ANA ROSA DA SILVA DALVI,  
 WENDEL DALVI, KÁTIA CILENE LOCATELLI MORELLO, RENILSON DALVI, TEREZA DALVI,  
 DEJANETE MOREIRA NUNES DALVI, LUIZ GONZAGA DALVI.  
 Hora: 10:52:34 CM: ETSMPSEN  
 GUSTAVO DOS SANTOS MORETTO - ESCRIVENTE SUBSTITUTO  
 Consulte autenticidade em: www.tjes.par.br - Selos: 150824, 150825, 150826  
 Encargos: R\$ 10,00 Taxa: R\$ 31,04

Cartório Tabelionato de Jure - Jaguari - Paraná  
 Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguari-ES. Tel/Fax: (27) 3749-1441  
 Reconheço por semelhança as firmas de DEUSDETE QUARTEZA, MARCIO AUGUSTO DIAS,  
 ALEANDRO DE SOUZA.  
 Hora: 10:54:34 CM: WANDL311  
 GUSTAVO DOS SANTOS MORETTO - ESCRIVENTE SUBSTITUTO  
 Consulte autenticidade em: www.tjes.par.br - Selos: 150824, 150825, 150826  
 Encargos: R\$ 26,40 Taxa: R\$ 21,32



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE JAGUARE E REGIAO (APROJAR)	
CNPJ: 20.668.821/0001-08	
Endereço: ROD AUGUSTO ZORDAN	
Bairro: CORREGO DO JIRAL	Nº. KM: 07
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Nome do representante legal: <i>Ana Arany Dalvi do Santo</i>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S, 30 de julho de 2018

*+ Ana Arany Dalvi do Santo*

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>20.668.821/0001-08</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE JAGUARE E REGIAO (APROJAR)</b>		DATA DE ABERTURA <b>12/05/2014</b>	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APROJAR</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>ROD AUGUSTO ZORDAN</b>		NÚMERO SN	COMPLEMENTO KM: 07;
CEP <b>29.950-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>CORREGO DO JIRAL</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(27) 9517-2338</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/05/2014</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/08/2018** às **13:50:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E  
CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE JAGUARE E  
REGIÃO

Aos onze do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 20:00hs, reuniram-se na sede da Associação dos Produtores Rurais de Jaguaré e Região-APROJAR, portadora do CNPJ 20.666821/0001-08, situada na Rodovia Augusto Zordan, km 07, Corrego do Jirau, Jaguaré-ES, os seguintes associados: Ana Avany Dalvi dos Santos, Arildo Regini, Adilson Regini, Edson Regini, Fabio Silvério Uceli, Pablo Felix de Lima, Osvaldo Adriano Zene, Raquel Dalvi, Rone Dalvi, Rogerio Dalvi, Evandro Ivan Lira, convocados para assembleia geral ordinária, especificamente para tratar das seguintes ordens do dia: 1-Eleição da nova diretoria e conselho fiscal. 2-Posse dos eleitos. Iniciado a eleição apurou-se os votos, tendo aprovação por unanimidade com um total de 11 (onze) votos a favor de um total de 11 (onze) votantes dos votos dos associados com direito de voto e presentes a assembleia, da chapa Unida formada pelos seguintes membros, relacionados com seus respectivos cargos para um mandato de 2 anos, iniciando no dia 12(doze) de maio de 2016 e tendo término dia 11(onze) de maio de 2018. PARA PRESIDENTE: Ana Avany Dalvi dos Santos, brasileira, produtora rural, casada, residente no município de Jaguaré-ES, natural de Vitória-ES, portadora do CPF 324.672.152-91 e RG 212572/AP. PARA VICE-PRESIDENTE: Edson Regini, brasileiro, produtor rural, casado, natural de Colatina-ES, residente no município de Jaguaré-ES, portador do CPF 074.005.117-26 e RG 1443856-ES. PARA PRIMEIRO TESOUREIRO(A): Pablo Felix de Lima, brasileiro, produtor rural, solteiro, natural de São Mateus-ES, residente no município de Jaguaré, portador do CPF 139.559.017-89 e identidade: 2504270/ES/CTPS. PARA SEGUNDO TESOUREIRO(A): Adilson Regini, brasileiro, produtor rural, casado, natural de Colatina-ES, residente no município de Jaguaré, portador do CPF 024.592.527-90 e RG 1113135-ES. PARA SECRETARIO(A): Raquel Dalvi, brasileira, produtora rural, casada, residente no município de Jaguaré-ES, natural de São Mateus-ES, portadora do CPF 095.962.147-48 e RG 1803246/ES. PARA VICE-SECRETARIO(A): Arildo Regini, brasileiro, produtor rural, casado, residente no município de Jaguaré-ES, natural de Colatina-ES, portadora do CPF 005349.997-27 e RG 9661698/ES. CONSELHO FISCAL: 1: Osvaldo Adriano Zene, brasileiro, produtor rural, união estável, residente neste município, portador do CPF 065330497-14. 2: Rone Dalvi, brasileiro, produtor rural, casado, residente no município de Jaguaré-ES, natural de Jaguaré, portadora do CPF 095.607.237-23 e RG 3678460/ES. 3: Rogerio Dalvi, brasileiro, produtor rural, casado, residente no município de Jaguaré-ES, natural de São Mateus-ES, portador do CPF 030.940.007-46 e RG 1369093/ES. SUPLENTE CONSELHO FISCAL: 1: Fabio Silvério Uceli, brasileiro, produtor rural, solteiro, residente no município de Jaguaré-ES, natural de Aracruz-ES, portador do CPF 114.969.377-05 e RG 1119624/ES. 3: Evandro Ivan Lira, brasileiro, produtor rural, casado, residente no município de Jaguaré-ES, natural de São Gabriel da Palha, portador do CPF 071.329.417-55 e RG 1664666/ES. Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data, a exercer os poderes e responsabilidades determinadas pelo estatuto. Nada mais havendo a ser tratado, eu Pablo Felix de Lima, lavrei a presente ata, senão lida, conferida e assinada pelos presentes. Jaguaré-ES 11 de maio de 2016.

Edson Regini  
Adilson Regini  
Arildo Regini  
Rone Dalvi  
Ana Avany Dalvi dos Santos

Pablo Felix de Lima  
Osvaldo Adriano Zene  
Evandro Ivan Lira  
Raquel Dalvi  
Rogerio Dalvi

## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO GIRAL - APAGIR	
CNPJ: 31.789.522/0001-48	
Endereço: COR GIRAL	
Bairro: SEDE	Nº. SN
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Nome do representante legal: Giovanni Dalvi	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S, 30 de julho de 2018





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>31.789.522/0001-48</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
DATA DE ABERTURA <b>24/06/1992</b>			
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO GIRAL - APAGIR</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APAGIR</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>COR GIRAL</b>		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP <b>29.950-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>SEDE</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/08/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/08/2018** às **13:51:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

# ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DE NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO GIRAL - APAGIR.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis (27/07/2016), reuniram-se em Assembleia Geral, na Escola Comunitária Rural do Giral, sã na Comunidade do Giral, município de Jaguaré - ES, com o fim específico de eleger e dar posse à nova Diretoria para a administração 2016/2019, os senhores (as): João Carlos Dalvi, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 873.440.507-06; Giovanni Dalvi, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 030.939.357-41; Mônica Bonomo, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 074.814.187-13; Bruno Bonomo, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 080.013.427-35; Leno Vignati, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 090.025.077-12; Francisco de Assis Biancardi, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 0575.589.907-00; Milena Bonomo Dalvi, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 131.063.877-26; Tiago Dalvi, brasileiro, solteiro, agricultor CPF nº 141.689.747-07; Joaquim Dalvi brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 214.186.327-91; Jucimar Cipriano Macedo, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 074.989.907-76; Anita Bonomo Cipriano, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 070.371.267-56; José Arildo Toneto, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 017.088.257-89; Maria Célia Fiorini, brasileira, divorciada, agricultora, CPF nº 077.241.807-17; Lúcia Helena Fiorini, brasileira, divorciada, agricultora, CPF nº 027.513.677-98; Antônio Dalvi, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 214.186.087-34 e Richardi Fiorini dos Santos, brasileiro, solteiro, agricultor, CPF nº 141.737.377-22; todos residentes e domiciliados na comunidade do Giral, Jaguaré - ES. Inicialmente o Sr. Presidente: João Carlos Dalvi informou aos membros presentes que estava concorrendo uma única chapa, a qual foi eleita por unanimidade de votos e empossada neste mesmo ato, pelo período de 03 (três) anos, com a seguinte composição: DIRETORIA: PRESIDENTE: Giovanni Dalvi, VICE-PRESIDENTE: Leno Vignati; SECRETARIA: Mônica Bonomo; TESOUREIRO: Bruno Bonomo; CONSELHO FISCAL: Richardi Fiorini dos Santos, Tiago Dalvi, Milena Bonomo Dalvi e Suplente: Jucimar Cipriano Macedo, Maria Célia Fiorini e José Arildo Toneto. A palavra foi franqueada, não havendo manifestações. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos, suspendendo a reunião pelo tempo necessário para lavratura da ata, que depois de lida e achada conforme, segue lavrada por mim, Mônica Bonomo, e por todos os presentes.

João Carlos Dalvi *João Carlos Dalvi*  
 Giovanni Dalvi *Giovanni Dalvi*  
 Bruno Bonomo *Bruno Bonomo*  
 Leno Vignati *Leno Vignati*  
 Francisco de Assis Biancardi *Francisco de Assis Biancardi*  
 Milena Bonomo Dalvi *Milena Bonomo Dalvi*  
 Tiago Dalvi *Tiago Dalvi*  
 Joaquim Dalvi *Joaquim Dalvi*  
 Jucimar Cipriano Macedo *Jucimar Cipriano Macedo*  
 Anita Bonomo Cipriano *Anita Bonomo Cipriano*  
 José Arildo Toneto *José Arildo Toneto*  
 Lúcia Helena Fiorini *Lúcia Helena Fiorini*  
 Maria Célia Fiorini *Maria Célia Fiorini*  
 Antônio Dalvi *Antônio Dalvi*  
 Richardi Fiorini dos Santos *Richardi Fiorini dos Santos*

Dr. Batista Bonomo  
 Assessor  
 Data 23.07.16



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARE	
CNPJ: 36.346.195/0001-73	
Endereço: LOC CORREGO DO JIRAU	
Bairro: MUNICIPIO DE JAGUAR	Nº. S/N
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Nome do representante legal: <i>Boaz Inquirodo</i>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S, 30 de julho de 2018

*Boaz Inquirodo*

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>36.346.195/0001-73</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>27/12/1991</b>
NOME EMPRESARIAL <b>COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.21-4-00 - Comércio atacadista de café em grão</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>10.81-3-01 - Beneficiamento de café</b> <b>46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>214-3 - Cooperativa</b>			
LOGRADOURO <b>LOC CORREGO DO JIRAU</b>		NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>29.950-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>MUNICIPIO DE JAGUAR</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>21/09/2002</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/08/2018** às **13:52:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



"COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARÉ"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARÉ.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três nesta localidade denominada Córrego do Jirau, município de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, às dez horas, na sua sede social, reuniram-se em Assembléia Geral em terceira convocação para fins de eleger a nova diretoria por um mandato de três anos de acordo com o artigo vinte e nove (29) do Estatuto da Cooperativa de Pequenos Produtores e Meeiros de Jaguaré Ltda., registrada na Junta Comercial do Estado do Esp. Santo sob o n.º 32400011481 por despacho em 27/12/1991 e no CNPJ. sob o n.º 36.346.195/0001-73 e do Conselho Fiscal, de acordo com o artigo trinta e dois (32) do Estatuto. Aclamado por unanimidade para presidir a assembléia, o Senhor Braz Figueiredo assumiu a presidência e convidou a Senhora Luzia Ribondi Cosme para secretariar a seção e redigir a respectiva ata, ficando assim constituída a mesa. Em seguida, o Senhor Presidente declarando iniciado os trabalhos, disse que a finalidade da presente Assembléia é a eleição da nova Diretoria, do Conselho Fiscal e seus suplentes. O presidente da Assembléia apresentou a chapa única e pediu aos demais presentes para que fizessem apreciação, não havendo nenhuma objeção quanto aos nomes apresentados, no mesmo ato foi realizada a eleição pelo sistema de voto por aclamação unânime de todos os presentes nesta Assembléia. Os seguintes membros da nova diretoria: **Presidente** – *Braz Figueiredo*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o n.º 1.312.998-ES e do CPF n.º 015.216.227-52, residente e domiciliado no Córrego da Areia, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; **Vice-Presidente** – *Renato Zordan*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão de bens, portador da cédula de identidade sob o n.º 324.463-ES e do CPF n.º 575.207.207-72, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; **Secretária** – *Luzia Ribondi Cosme*, brasileira, produtora rural, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, portadora da Carteira de Trabalho sob o n.º 96.288-Série 00017-ES e do CPF n.º 045.893.487-99, residente e domiciliada no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; **Tesoureiro** – *José Arão Fiorini*, brasileiro,



## COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARE

produtor rural, casado pelo regime de comunhão total de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 324.464-ES e do CPF nº. 558.541.257-49, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; **Segundo Tesoureiro** – *Luiz Carlos Fiorini*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 954.929-ES e do CPF nº. 987.957.407-91, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; **Conselho Fiscal: Membros efetivos** – *Gerson Cosme*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 1.507.805-ES e do CPF nº. 559.727.997-15, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; *Maria da Silva Pontara*, brasileira, produtora rural, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade sob o nº. 737.272-ES e do CPF nº. 793.488.157-68, residente e domiciliada no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; *Domingos Sávio Tonetto*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 1.388.215-ES e do CPF nº. 045.710.167-94, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000. **Membros Suplentes:** *Roberto Carlos Fiorini*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 954.928-ES e do CPF nº. 987.957.757-49, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; *Antônio Domingos Fabris*, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 452.514-ES e do CPF nº. 754.018.517-15, residente no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000; *Paulo Sergio Tonetto*, brasileiro, produtor rural, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade sob o nº. 1.051.421-ES e do CPF nº. 007.803.957-60, residente e domiciliado no Córrego do Jirau, S/N, Zona Rural, Jaguaré-ES, CEP. 29.950-000. No mesmo instante, o Presidente eleito declarou os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos, considerando-os empossados. Neste ato, por unanimidade da Assembleia, a denominação social passará a girar com o nome empresarial de: “Cooperativa dos Pequenos Produtores e Meeiros de Jaguaré”. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Bráz Figueiredo, presidente da nova diretoria da Coopeme, deu por encerrados os trabalhos e eu, Luzia Ribondi Cosme, que servi de secretária, lavrei a presente ata que, lida, votada e aprovada conforme.



**"COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEEIROS DE JAGUARE"**

contêm os nomes e assinaturas de todos os cooperados presentes, como prova a livre vontade de cada um de eleger os membros da nova diretoria e do conselho fiscal da Coopeme. Jaguaré-ES., 08 de Novembro de 2003. ( a ) – Luzia Ribondi Cosme - Secretária ad-hoc. ( as ) – 01- Bráz Figueiredo, 02- Renato Zordan, 03- Luzia Ribondi Cosme, 04- José Aarão Fiorini, 05- Luiz Carlos Fiorini, 06- Gerson Cosme, 07- Maria da Silva Pontara, 08- Domingos Sávio tonetto, 09- Roberto Carlos Fiorini, 10- Antônio Domingos Fábris, 11- Paulo Sérgio Tonetto, 12- João Zordan, 13- Janete Javrini, 14- Mateus dos Santos, 15- Everaldino Cosme Filho, 16- Valdecir dos Santos, 17- Valdionor Rodrigues de Oliveira, 18- Ronaldo Figueiredo, 19- Constante Figueiredo, 20- José Elias Fábris, 21- Eugênio Fiorini Sobrinho, 22- Manoel Fiorini, 23- Maria das Graças Lorenço, 24- Adair Fiorini, 25- Maria Goreti Morelo Fiorini, 26- Luiz Fernando Toneto, 27- Daniel Lourenço Filho, 28- Maria da Penha Cosme. É o que contém na referida ata de Assembléia de Eleição da Diretoria e do conselho fiscal da Cooperativa dos Pequenos Produtores e Meeiros de Jaguaré, da qual eu, Luzia Ribondi Cosme, Secretária datilografei a presente em três (03) vias, que são cópias fiel transcrita do livro próprio.

Jaguaré – ES., 08 de Novembro de 2003

01 Bráz Figueiredo  
Bráz Figueiredo

02 Renato Zordan  
Renato Zordan

03 Luzia Ribondi Cosme  
Luzia Ribondi Cosme

04 José Aarão Fiorini  
José Aarão Fiorini

05 Luiz Carlos Fiorini  
Luiz Carlos Fiorini

06 Gerson Cosme  
Gerson Cosme

07 Maria da Silva Pontara  
Maria da Silva Pontara

08 Domingos Sávio Tonetto  
Domingos Sávio Tonetto

09 Roberto Carlos Fiorini  
Roberto Carlos Fiorini

10 Antônio Domingos Fábris  
Antônio Domingos Fábris

11 Paulo Sérgio Tonetto  
Paulo Sérgio Tonetto

12 João Zordan  
João Zordan

13 Janete Javrini  
Janete Javrini

14 Mateus dos Santos  
Mateus dos Santos



**"COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E MEIROS DE JAGUARE"**

- |  |  |
|--|--|
| 15 <u>Everaldino Cosme Filho</u><br>Everaldino Cosme Filho                   | 16 <u>Valdecir dos Santos</u><br>Valdecir dos Santos   |
| 17 <u>Valdionor Rodrigues de Oliveira</u><br>Valdionor Rodrigues de Oliveira | 18 <u>Ronaldo Figueiredo</u><br>Ronaldo Figueiredo     |
| 19 <u>Constante Figueiredo</u><br>Constante Figueiredo                       | 20 <u>José Elias Fabris</u><br>José Elias Fabris       |
| 21 <u>Eugênio Fiorini Sobrinho</u><br>Eugênio Fiorini Sobrinho               | 22 <u>Manoel Fiorini</u><br>Manoel Fiorini             |
| 23 <u>Maria das Graças Lourenço</u><br>Maria das Graças Lourenço             | 24 <u>Adair Fiorini</u><br>Adair Fiorini               |
| 25 <u>Maria Gorete Morelo Fiorini</u><br>Maria Gorete Morelo Fiorini         | 26 <u>Luiz Fernando Toneto</u><br>Luiz Fernando Toneto |
| 27 <u>Daniel Lourenço Filho</u><br>Daniel Lourenço Filho                     | 28 <u>Maria da Penha Cosme</u><br>Maria da Penha Cosme |



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/02/04

SOB O NÚMERO:  
040130940

Protocolo: 040130940

ANTENOR COSTA FILHO  
SECRETÁRIO GERAL



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

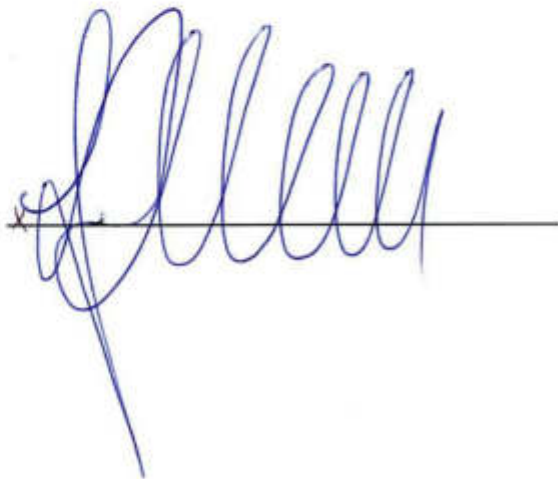
### Qualificação da entidade apoiadora

Razão Social: *Horopsewaria Nicolí Ltda*  
CNPJ: *11.478.995/0001-29*  
Endereço: *Nitio Nicolí - Corrego do Pau Lacado*  
Bairro: *Zona Rural* Nº: *117*  
Cidade: *Jaguari* UF: *EA*  
Nome do representante legal: *Jarbas Alexandre Nicolí*

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguari E.S, 30 de julho de 2018



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>19.478.995/0001-29</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>10/12/2013</b>
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL <b>AGROPECUARIA NICOLI LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>01.34-2-00 - Cultivo de café</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>10.81-3-01 - Beneficiamento de café</b> <b>01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte</b> <b>01.35-1-00 - Cultivo de cacau</b> <b>02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto</b> <b>01.33-4-08 - Cultivo de mamão</b> <b>01.33-4-09 - Cultivo de maracujá</b> <b>01.19-9-08 - Cultivo de melancia</b> <b>01.19-9-99 - Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente</b> <b>01.39-3-03 - Cultivo de pimenta-do-reino</b> <b>01.39-3-06 - Cultivo de seringueira</b> <b>02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>SIT NICOLI, CORREGO DO PAU LASCADO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>29.950-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>AGROPECUARIANICOLI@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(27) 3769-1123</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/12/2013</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/08/2018** às **13:38:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2018



**CONTRATO SOCIAL**  
**AGROPECUARIA NICOLI LTDA**

**JARBAS ALEXANDRE NICOLI**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário rural, domiciliado na Avenida Nove de Agosto, s/n.º, bairro Centro, na cidade de Jaguaré, no Estado do Espírito Santo, filho de Antenor Nicoli e Maria da Penha Zampirolli Nicoli, nascido aos 10/03/1953, portador da CNH nº 03031149480-Detran/ES, inscrito no CPF sob o nº 314.466.127-91;

**CARLA SUELY GRASSI NICOLI**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, empresária rural, domiciliada na Avenida Nove de Agosto, s/n.º, bairro Centro, na cidade de Jaguaré, no Estado do Espírito Santo, filha de Jair Grassi e Elisir do Carmo Fereguete Grassi, nascido aos 10/08/1963, portador da CNH nº 03263735708-Detran/ES, inscrito no CPF sob o nº 020.300.777-80;

**RESOLVEM**, constituir uma sociedade limitada, o que fazem, sob as condições seguintes:

**CAPÍTULO I**

**Da denominação, sede e foro.**

**Art. 1º.** – Sob a denominação social de **AGROPECUARIA NICOLI LTDA** fica constituída a presente sociedade limitada, a qual será regida pelo presente contrato social, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, como regência supletiva, pela Lei 6.404/76 no que for aplicável e demais disposições legais pertinentes;

**Art. 2º.** – A sede social fica na cidade de Jaguaré, no Sítio Nicoli, no Córrego do Pau Lascado, S/N, Zona Rural, CEP nº. 29950-000, tendo por foro o mesmo município e comarca de Jaguaré, no Estado do Espírito Santo.

**CAPÍTULO II**

**Do objeto social e prazo de duração.**

**Art. 3º.** – Constituem objetivos sociais:

- a) 0134-2/00 – Cultivo de Café;
- b) 1081-3/01 – Beneficiamento de Café;
- c) 0151-2/01 – Criação de Bovinos para Corte;
- d) 0135-1/00 – Cultivo de Cacau;
- e) 0210-1/01 – Cultivo de Eucalipto;
- f) 0133-4/08 – Cultivo de Mamão;
- g) 0133-4/09 – Cultivo de Maracujá;
- h) 0119-9/08 – Cultivo de Melancia;
- i) 0119-9/99 – Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
- j) 0139-3/03 – Cultivo de Pimenta-do-Reino;
- k) 0139-3/06 – Cultivo de Seringueira;
- l) 0210-1/08 – Produção de Carvão Vegetal de Florestas Plantadas;

**Art. 4º.** – O início das atividades dar-se-á com a assinatura do presente contrato e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado

**CAPÍTULO III**

**Do Capital Social, da responsabilidade, da divisão e da circulação das cotas**

**Art. 5º.** – O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizadas da seguinte forma:

- a) **JARBAS ALEXANDRE NICOLI**, 25.000 (vinte e cinco mil) cotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dos quais R\$ 17.868,51 (dezessete mil,

**CONTRATO SOCIAL**  
**AGROPECUARIA NICOLI LTDA**

oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos), neste ato, em moeda corrente nacional e R\$ 7.131,49 (sete mil, cento e trinta e um reais e quarenta e nove centavos) mediante incorporação a sociedade de um imóvel rural com área de 513.816,90m<sup>2</sup> (quinhentos e treze mil, oitocentos e dezesseis metros quadrados e noventa ares), parte de um todo maior de uma área de 538.000m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e oito mil metros quadrados), situado no lugar denominado "Córrego do Pau Lascado", distrito da sede do município de Jaguaré-ES, registrado sob a matrícula 1637, do livro 2 no RGI de Jaguaré-ES;

b) **CARLA SUELY GRASSI NICOLI** 25.000 (vinte e cinco mil) cotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dos quais R\$ 24.664,35 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), neste ato, em moeda corrente nacional e R\$ 335,65 (trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) mediante incorporação a sociedade de um imóvel rural com área de 24.183,10m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil, cento e oitenta e três metros quadrados e dez ares), parte de um todo maior de uma área de 538.000m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e oito mil metros quadrados), situado no lugar denominado "Córrego do Pau Lascado", distrito da sede do município de Jaguaré-ES, registrado sob a matrícula 1637, do livro 2 no RGI de Jaguaré-ES;

§ 1º - a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

§ 2º - As cotas do Capital Social, assim como os direitos sobre as mesmas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que as mesmas sejam ofertadas aos demais sócios, que em condições de igualdade, terão sempre o direito de preferência;

I. Se algum sócio pretender transferir, vender, alienar e ceder, suas cotas, mesmo em dação de pagamento, deverá dar ciência de tal fato aos demais sócios, comunicando estes por escrito para que, no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, possam exercer o direito de preferência;

II. O não-exercício do direito de preferência no prazo fixado no caput do § 2º, II, permitirá a livre transferência das cotas;

**CAPITULO IV**

**Das Deliberações Sociais**

Art. 6º. - Os sócios reunir-se-ão anualmente para deliberarem sobre as contas apresentadas nos quatro meses seguintes do término do exercício social;

§ Único: fica dispensada a obrigação de realização de reuniões para as demais designações administrativas passíveis de ocorrer a qualquer tempo.

**CAPITULO V**

**Da Administração.**

Art. 7º. - A sociedade será administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicial por todos os sócios acima qualificados, por prazo indeterminado.

§ 1º. - é vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas aos interesses da sociedade;



**CONTRATO SOCIAL**  
**AGROPECUARIA NICOLI LTDA**

**§ 2º.** - as operações de aquisição, alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis da sociedade somente serão válidas se realizadas em conjunto.

**Art. 8º.** - compete aos administradores:

- a) a prática de quaisquer atos de administração e de gestão financeira, no interesse social;
- b) a representação da sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições ou entidades de direito público ou privado;
- c) assegurar o pleno funcionamento da sociedade;
- d) fazer cumprir as presentes disposições contratuais e as deliberações emanadas das reuniões dos sócios;
- e) os administradores poderão agir individualmente e nos atos negociais, representando e obrigando a sociedade;
- f) os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão, o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios;
- g) pelo efetivo exercício da gestão social, os administradores poderão fazer jus a uma retirada mensal pró-labore, que será fixada pelos sócios;

**CAPITULO VII**  
**Do Exercício Social**

**Art. 9º.** - O exercício social iniciar-se-á a primeiro de janeiro de cada ano e terminará a trinta e um de dezembro de cada ano quando será levantado balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis previstas em Lei ou neste Contrato Social que, serão apreciadas na reunião de sócios, conforme estabelecido no Art 8º, letra "f" deste instrumento.

**§ 1º.** - Os lucros, após, feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os cotistas indicarem. Havendo distribuição sob qualquer forma, este serão, na proporção de cada cotista no capital social, podendo tal distribuição ser mensal trimestral ou anual.

**§ 2º.** - Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizaram, os sócios, se obrigam a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de até dez dias contados do encerramento do exercício.

**§ 3º.** - As perdas serão suportadas pelos cotistas na proporção da participação do capital social, ou ficarão acumuladas para compensação com lucros, por decisão dos sócios na reunião, que aprovar as demonstrações contábeis do exercício social encerrado.

**CAPITULO VII**  
**Disposições Gerais**

**Art. 10º.** - Havendo a saída de qualquer sócio da sociedade, por qualquer motivo ou causa, os haveres, serão pagos em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento.

**CONTRATO SOCIAL**  
**AGROPECUARIA NICOLI LTDA**

**§ Único:** em caso de falecimento de sócio, este será representado na sociedade, para todos os efeitos legais, pelo inventariante até a partilha, momento este que será alterado o contrato social, para fins de inclusão dos herdeiros que desejarem continuar na sociedade, ou, quitar os haveres dos herdeiros do "de cujus" que não desejarem continuar, na forma estabelecida no caput deste artigo.

**Art. 11º.** – Os sócios e administradores declaram sob as penas da Lei que, não estão condenados em nenhum dos crimes previstos no parágrafo 1º, Artigo 1011 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, quais sejam: condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a econômica popular, contra o sistema financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Jaguaré – ES, 23 de outubro de 2013

JARBAS ALEXANDRE NICOLI

CARLA SUELY GRASSI NICOLI

TESTEMUNHAS:

PAULO ROBERTO BERGMASCHI

RG: 859.088-SSP/ES

ALDEC MIRANDA

CNH: 03836129246-DETRAN/ES



**JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/12/2013 SOB Nº: 32201735811  
Protocolo: 13/799828-7, DE 01/11/2013

AGROPECUARIA NICOLI LTDA

PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETARIO-GERAL

Cartório Tabelionato de Jaguaré - Oliveira Beraldo  
Rua Noel Silva, 413, Centro, Jaguaré-ES. Tel/Fax: (27) 3769-1441  
Reconheço por semelhança as firmas de JARBAS ALEXANDRE NICOLI, CARLA SUELY  
GRASSI NICOLI, PAULO ROBERTO BERGMASCHI, ALDEC MIRANDA. \*\*\*\*\*  
Em Test. da cidade de Jaguaré-ES, 12 de fevereiro de 2014  
REI, SEBASTIÃO DE PAZ MARTINS JUNIOR - Hora: 15:16 Cód: 62LWIDK58  
Selo: 150438 509102056, consulte autenticidade em: www.tjes.jus.br  
Emolumentos: R\$ 15,00 Encargos: R\$ 3,20 Total: R\$ 18,20



---

## **MANIFESTAÇÕES DE PESSOA FISICA**

## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador			
Nome:	Claudiceia da Silva Queiroz Celestini		
RG:	19951006	Órgão Emissor:	0040ES
CPF:	100.460.30700		Nº:
Endereço:	Sítio Orlando Fagundes		5/17
Bairro:	Zona Rural Varzea Grande		CEP:
		29850-000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S , 30 de junho de 2018

Claudiceia da Silva Q. Celestini



**CLAUDICEIA DA SILVA QUARESMA CELESTRINI**

FILIAÇÃO: CLEMENTE QUARESMA DOS SANTOS  
IRADIR DA SILVA FARIAS

NASCIMENTO: 25/12/1983 SEXO: FEMININO

ESTADO CIVIL: CASADO

NATURALIDADE: MEDEIROS NETO - BA

DOCUMENTO: C.C. 1075 LV B 04 FLS 039 - 13/03/2007 - MARCELA  
DAGOSTINI - JAGUARE - ES

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 100 460 307-00 CNH: TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATE DE EMISSÃO: GRTE/ES - 27/05/2012

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO**

**CARTÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

154.94151.95.6

1595100 0040 ES

Claudiceia da Silva Quaresma Celestrini

(Fotografia)

## Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Parceria Agrícola

**Parceiro-Outorgante:** LUIZ CARMO DONDONI, brasileiro, divorciado, produtor rural, portador do CPF nº 948.030.057-53, residente e domiciliado na Rua Av 09 de Agosto, 2051, Centro, no Município de Jaguaré-ES.

**Parceiro Outorgado:** MARINALDO CELESTRINI e sua esposa CLAUDICEIA DA SILVA QUARESMA CELESTRINI ambos brasileiros, casados, lavradores, ele portador do CPF nº 084.987.777-63, ela CPF nº 100.460.307-00 ambos residente e domiciliado no Sítio Orlando no Município de Jaguaré-ES.

O PARCEIRO OUTORGANTE Sr. LUIZ CARMO DONDONI e os PARCEIROS OUTORGADOS: MARINALDO CELESTRINI e CLAUDICEIA DA SILVA QUARESMA CELESTRINI acima qualificado, celebrante de um Contrato de Parceria Agrícola, firmado nesta Cidade e Comarca de Jaguaré-ES, em 30/07/2007, que tem como objeto a parceria agrícola de uma área de 2,0 (dois) hectares em lavoura de café, devidamente Reconhecido firma no Cartório de Registro Civil e Tabelação da Cidade e Comarca de Jaguaré-ES em 29/08/2007 vem através do presente aditivo retificar o aludido contrato, na forma a baixo:

- 1 - O ALUDIDO Contrato de Parceria Agrícola passará a ter seu vencimento prorrogado para 30 de julho de 2022.
  - 2 - O Presente Contrato de Parceria Agrícola passará ter sua área alterada para 10,0 (dez) hectares com 30.000 (trinta mil pés de café com idade de 10 (dez) anos.
  - 3 - Ficam ratificadas as demais cláusulas, termos e condições do mencionado Contrato de Parceria Agrícola que não foram expressamente alterados por este Aditivo.
- E, por ser verdade, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, para que surta os efeitos legais e de direito.

Jagaré-ES, 17 de Fevereiro de 2012



PARCEIRO OUTORGANTE  
LUIZ CARMO DONDONI

Sindicato Rural de Jaguaré  
Categoria Patronal  
**HOMOLOGAÇÃO**  
Homologo o presente contrato conforme vontade manifestada pela partes ressalvando todos os direitos previstos na legislação porventura seja requerida posteriormente.

Em 19 de Março de 2012  
Registro nº 0200

PARCEIRO OUTORGADO  
MARINALDO CELESTRINI



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome:	ARILDO ELIAS PAPI	
RG:	725 655 SSP ES	Órgão Emissor: SSP ES
CPF:	792 071.117-72	
Endereço:	RUA OLINDA MARTINS	Nº: 311
Bairro:	CENTRO	CEP: 29950 000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S , 30 de junho de 2018

Arildo Elias Papi





Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica N.000.765.666

DP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

rua - Vitória/ES - CEP 29010-000.

PI 28.152.650/0001-71 - Inscrição Estadual 080.25016-5

### Instalação

33904

Conto do Mês

January 10, 2018

Dados Cadastrais		Histórico de Consumo
MARIA MANTEGAZINE		
RUA OLIVER MARTINS, 211		ANO 2018
29950-000 / ITRO / JAGUARE - ES		ANO 2017
Cod. Fiscal User.: S258-1ENSPD FORM.: 127 V MONDAS100		DEZ 219
Classificação: 110-RESIDENCIAL		NOV 590
U.L.: 039J021R.00229 - Medidor: 14799010 -		OUT 238
		SET 0

Descrição do Consumo					Indicadores de Qualidade
Medidor	Leit. Atual	Leit. Anter. (-)	Const. (x2)	Consumo (x)	REFERENCIAL: NOV/2018
14706010 Wm	751	700	1.000	51	Consumo 1.261
					Dif. 511 H.L. Pos. 511 5.0 Neg. 511 5.0 M.L. 511 5.0
Leit. Anter.: 15/06/2018 - Próx. Leitura: 14/06/2018 - Hora: 08/07/2018 Leit. Atual: 15/07/2018 Emissão/Validação: 19/01/2018					Hm: 0.78 23 S: 1.00 0.00 1.00 0.00

Detalhes da Faturamento				
Descrição	Quantidade	X	(Tarifa (R\$) US\$ + R\$)	Total R\$
consumo de energia elétrica	81.00 kWh	X	(0,22011000 + 0,2640000)	29,54
Adicional Bandeira Verão/Inverno				0,54
Tributos	A. Cálculo	X	Alíquota	
PIS	45,14	X	1,52%	0,7
COFINS	45,14	X	6,08%	2,74
ICMS	45,14	X	25,00%	11,29
Malta				

ANDERSON JAMES

andou Tarifária Vigente na Data de Faturamento: VERDE

0 dias Fat. Bandeira Vermelha, 16 dias (16/12/2017 a 31/12/2017)

Formações sobre a sustentabilidade: 15 dias (01/01/2018 a 15/01/2018)

Informações sobre o Sistema de Bandeiras Tarifárias estão disponíveis no site do REEL ([www.reel.gov.br](http://www.reel.gov.br)).

estados do Valor Faturado (8A)

Estados do Valor Faturado (R\$)					
Ger. Elétrica	Transmissão	Distribuição	Enc. Setoriais	Impostos/Tributos	Total
15,97	1,93	7,34	5,27	14,63	45,14

OBS. comprovando Residência no RG da mãe.

## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador			
Nome:	MARIVALDO CELESTINI		
RG:	16 350 33	Órgão Emissor:	SPTCES
CPF:	084.987.777-63		Nº:
Endereço:	SÍTIO ORLANDO VARG. grande fazenda		5/11
Bairro:	ZONA RURAL		CEP:
			29950-000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S , 30 de junho de 2018

MARIVALDO CELESTINI



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.435.033-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 23.09.1997

NOME MARINALDO CELESTRINI

PAI RENO CELESTRINI E MARIA CARRICO CELESTRINI

NATURALIDADE LINHARES - ES DATA DE NASCIMENTO 08.02.1978

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 12450 FL. 113 - LV. 8/62 CRC G. CALMON LINHARES - ES - 21.02.1978

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

MACRO



## Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Parceria Agrícola

Parceiro-Outorgante: LUIZ CARMO DONDONI, brasileiro, divorciado, produtor rural, portador do CPF nº 948.030.057-53, residente e domiciliado na Rua Av.09 de Agosto, 2051, Centro, no Município de Jaguaré-ES.

Parceiro Outorgado: MARINALDO CELESTRINI e sua esposa CLAUDICEIA DA SILVA QUARESMA CELESTRINI ambos brasileiros, casados, lavradores, ele portador do CPF nº 084.987.777-63 ela CPF nº 100.460.307-00 ambos residente e domiciliado no Sítio Orlando no Município de Jaguaré-ES.

O PARCEIRO OUTORGANTE Sr. LUIZ CARMO DONDONI e os PARCEIROS OUTORGADOS MARINALDO CELESTRINI e CLAUDICEIA DA SILVA QUARESMA CELESTRINI acima qualificado, celebrante de um Contrato de Parceria Agrícola, firmado nesta Cidade e Comarca de Jaguaré-ES, em 30/07/2007, que tem como objeto a parceria agrícola de uma área de 2,0 (dois) hectare em lavoura de café, devidamente Reconhecido firma no Cartório de Registro Civil e Tabelionato da Cidade e Comarca de Jaguaré-ES em 29/08/2007 vem através do presente aditivo retificar o aludido contrato, na forma a baixo:

1 - O ALUDIDO Contrato de Parceria Agrícola passará a ter seu vencimento prorrogado para 30 de julho de 2022.

2- O Presente Contrato de Parceria Agrícola passara ter sua área alterada para 10,0 (dez) hectares com 30.000 (trinta mil pés de café com idade de 10 (dez) anos.

3- Ficam ratificadas as demais cláusulas, termos e condições do mencionado Contrato de Parceria Agrícola que não foram expressamente alterados por este Aditivo.

E, por ser verdade, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, para que surta os efeitos legais e de direito.

Jagaré-ES, 17 de Fevereiro de 2012



PARCEIRO OUTORGANTE  
LUIZ CARMO DONDONI

Sindicato Rural de Jaguaré  
Categoria Patronal  
HOMOLOGAÇÃO  
Homologo o presente contrato conforme vontade manifestada pela partes ressaltando todos os direitos previstos na legislação porventura seja requerida posteriormente.

Em 19 de Março de 2012  
Registro nº 9208

PARCEIRO OUTORGADO  
MARINALDO CELESTRINI



## MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador			
Nome: FLAVIO COLATO			
RG: 1625192	Orgão Emissor: SSP/CE	CPF: 093.165.597-21	
Endereço: Av. Nove Agosto Conto Jaguaré			Nº: 1193
Bairro: CEMIL			CEP: 27950-00

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Jaguaré E.S , 30 de junho de 2018

Flavio Colato

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS  
O TERRITORIO NACIONAL  
1301360400

FLAVIO COLATO

DOC. IDENTIDADE / CNH. EMISSOR/UF  
1625192 SSP ES

CPF  
093.165.197-21

DATA NASCIMENTO  
02/10/1981

PLACAO  
LEONIR COLATO

SONIA SALAROLI COLATO

PERMISSAO  
ACC

CAT. HAB.  
AD

IP REGISTRO  
01414862610

VALIDADE  
15/08/2021

1ª HABILITACAO  
15/07/2000

OBSERVAÇÕES  
Apto para Transporte Remunerado

Assinatura do Portador  
Flavio Colato

LOCAL  
Vitória-Espírito Santo

DATA EMISSÃO  
18/08/2016

Romulo Scheibe Neto  
Diretor Geral - Detran ES

ASSINATURA DO EMISSOR

64540963610  
88344217868

DETRAN-ES (ESPIRITO SANTO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1301360400





**COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA TAXA DE  
CADASTRAMENTO**



31/07/2018

consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\_novosite/gerarHTML.asp

Gerado a partir de http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\_novosite/gru\_simples\_parte2.asp

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	<b>18822-0</b>
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	<b>31.033.776/0001-31</b>
Nome da Unidade Favorecida: <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	<b>240101 / 00001</b>
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	<b>100,00</b>
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN55D87E4CDC8A5241CD9AECB4BAFA21E5]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	<b>100,00</b>

85800000001-1 00000254188-2 22042122310-0 33776000131-4


 31/07/2018 - BANCO DO BRASIL - 12:02:00  
 367818244 0106

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio	GRU-GUIA	RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras	85800000001-1	00000254188-2
	22042122310-0	33776000131-4
Data do pagamento		31/07/2018
Valor em Dinheiro		100,00
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		100,00
NR.AUTENTICACAO	E.567.C27.D06.5E7.EFE	

Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Anexo B, sala 300, CEP  
70.044-900, Brasília/DF





Assistência empresarial Will Kloss Ltda me

Rodovia BR 381, Miguel curry carneiro, km 35, s/n, São Mateus/ES.  
CEP: 29.949-040



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

## GABINETE DO MINISTRO / CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPOD	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	<b>SERAD</b>	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta de decisão/resposta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	<b>Examinar e adotar providências de praxe</b>	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:
<b>(ProtGab Nº 4039/2018)</b>



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 08/08/2018, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3243627** e o código CRC **5E9E918A**.





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 01250.046138/2018-11**

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 08/08/2018, às 17:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3244576** e o código CRC **0E15F190**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3244576



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 01250.046138/2018-11**

**Referência: Apresentação Do Doc. Ref. ao edital 112/18 DY 526871961 BR (3243335)**

**Interessado: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES**

**Assunto: Encaminha documentos - Edital nº 112/SEI/MCTIC/2018 - DOU de 04 de junho de 2018**

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 09/08/2018, às 09:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3245796** e o código CRC **37FCC7E1**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3245796



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

9/19/18 12:59 PM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	ES	JAGUARÉ	01250.046138/2018	112	18S4914	40W0916	EMA	ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE
8.20	ES	SÃO MATEUS	53000.037266/2007	23	18S4633	40W1259	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIO DO ASSENTAMENTO GEORGINA
12.40	ES	JAGUARÉ	53660.000023/2000	8	18S5414	40W0434	ARQDE F	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR DE JAGUARÉ
12.51	ES	SÃO MATEUS	53660.000266/1999	21	18S4342	40W1321	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DO DISTRITO DE NESTOR GOMES
12.71	ES	JAGUARÉ	53000.018548/2012	0	18S5424	40W0430	ARQPO T	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.71	ES	JAGUARÉ	53660.000225/1999	8	18S5419	40W0424	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE JAGUARÉ
12.71	ES	JAGUARÉ	53660.000775/1998	5	18S5424	40W0430	LDE	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.71	ES	JAGUARÉ	53900.000744/2014	5	18S5424	40W0430	ADRRE N	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.84	ES	JAGUARÉ	53000.048170/2012	5	18S5421	40W0420	ARQPO S	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
13.19	ES	SÃO MATEUS	53000.010768/2008	29	18S4307	40W1307	ARQDE F	ASSOCIACAO REGIONAL CULTURAL DE NESTOR GOMES
26.49	ES	BAIXO GUANDU	53000.036695/2003	0	19S0101	40W0044	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO ROSARIO II
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53660.000694/1998	4	18S4153	40W2350	LDE	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53000.056606/2011	0	18S4151	40W2349	RECRE N	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

9/19/18 12:59 PM

Página 2 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53000.006262/2012	0	18S4153	40W2350	ARQPO T	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA
29.67	ES	VILA VALÉRIO	01250.046132/2018	112	18S5856	40W2243	EMA	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
30.48	ES	VILA VALÉRIO	53100.000860/2004	19	18S5907	40W2309	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
31.66	ES	VILA VALÉRIO	53000.028013/2009	28	18S5952	40W2323	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
31.66	ES	VILA VALÉRIO	53000.064140/2012	0	18S5952	40W2323	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
31.68	ES	VILA VALÉRIO	53900.000828/2014	0	18S5952	40W2324	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
31.95	ES	VILA VALÉRIO	53900.036834/2014	0	18S5959	40W2330	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIOFUSAO DE VILA VALERIO ESPIRITO SANTO
32.22	ES	SÃO MATEUS	53000.003439/2001	12	18S4256	39W5210	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PENIEL DE RADIODIFUSAO
32.42	ES	VILA VALÉRIO	53000.000144/2003	28	18S5952	40W2356	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
33.18	ES	SÃO MATEUS	53000.053771/2005	21	18S4316	39W5127	LPE	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.18	ES	SÃO MATEUS	53900.072494/2015	21	18S4316	39W5127	ARQPO T	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.18	ES	SÃO MATEUS	53900.044129/2016	21	18S4316	39W5127	ARQPO T	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.75	ES	SÃO MATEUS	53000.046486/2011	0	18S4314	39W5107	CDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MATEUS



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

9/19/18 12:59 PM

Página 3 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.37	ES	SÃO MATEUS	53000.018516/2005	21	18S4316	39W5044	ARQDE F	CENTRO CULTURAL ARACA
34.59	ES	BOA ESPERANÇA	53660.000006/2000	25	18S3224	40W1745	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORAD. DOS BAIRROS VILA TAVARES, VILA FERNANDES
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	53000.057422/2004	25	18S3224	40W1747	LDE	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	01250.003839/2018	25	18S3224	40W1747	ARQPO S	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	53000.045196/2011	25	18S3224	40W1747	ARQPO S	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
41.57	ES	SOORETAMA	53000.005569/2002	17	19S1126	40W0557	ARQDE F	SOCIEDADE SOORETAMA DE COMUNICAÇÃO E FILANTROPIA
41.57	ES	SOORETAMA	53000.003733/2002	0	19S1126	40W0557	RAQ	SOCIEDADE SOORETAMA DE COMUNICAÇÃO E FILANTROPIA
42.29	ES	SOORETAMA	53660.000309/1999	17	19S1149	40W0552	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIO COMUNITARIA DE SOORETAMA/ES
42.29	ES	SOORETAMA	53900.036469/2014	17	19S1149	40W0552	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIO COMUNITARIA DE SOORETAMA/ES
43.21	ES	SÃO MATEUS	53900.031111/2015	21	18S4411	39W4514	ARQPO S	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
43.65	ES	SÃO MATEUS	53000.000544/2001	21	18S4428	39W4455	ARQDE F	ACEPLIG - ASSOC. DOS COMERCIANTES, EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS DA ILHA DE GURIRI
45.54	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000818/1998	0	19S0101	40W3203	RAQ	RADIO COMUNITARIA DIGITAL FM
45.88	ES	PINHEIROS	53000.048176/2012	4	18S2444	40W1257	ARQPO T	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

9/19/18 12:59 PM

Página 4 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.88	ES	PINHEIROS	53900.011600/2015	4	18S2444	40W1257	ARQPO T	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)
45.91	ES	PINHEIROS	53660.000721/1998	4	18S2443	40W1257	LDE	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)
46.02	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000807/1998	4	19S0133	40W3203	ARQDE F	FUNDAÇÃO PAVANI
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000831/1998	16	19S0142	40W3204	LDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53000.014703/2013	16	19S0142	40W3204	ARQPO S	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53900.035797/2015	16	19S0142	40W3204	RAUT	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
49.04	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.033419/2012	0	18S2607	39W5542	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.04	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.018437/2012	0	18S2607	39W5542	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.15	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.039508/2007	23	18S3217	39W4745	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PROD. PRO DESENVOLVIMENTO LINHARINHO
49.25	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.006622/2003	20	18S2555	39W5550	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.25	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.051841/2012	20	18S2555	39W5550	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
Nº de Linhas: 0								



## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rural Jaguarense, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaguaré / ES**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 20/09/2018, às 12:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3379911** e o código CRC **007FE437**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3379911

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.046138/2018-11, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES**, na localidade de Jaguaré / ES, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes, Técnico de Nível Superior**, em 25/10/2018, às 19:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3501548** e o código CRC **3CDE4B12**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3501548



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>31.033.776/0001-31</b> <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>13/07/2018</b>	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> <b>ARJA</b>			<b>PORTE</b> <b>DEMAIS</b>
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>Não informada</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>399-9 - Associação Privada</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>ROD ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE</b>		<b>NÚMERO</b> <b>S/N</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> <b>29.950-000</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>ZONA RURAL</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>JAGUARE</b>	<b>UF</b> <b>ES</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> <b>AFKLOSS@HOTMAIL.COM</b>		<b>TELEFONE</b> <b>(27) 3771-2099</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> <b>*****</b>			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>13/07/2018</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>	





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**  
**CNPJ: 31.033.776/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:52:34 do dia 31/07/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/01/2019.

Código de controle da certidão: **67DD.6250.DE03.CC85**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 31.033.776/0001-31

Certidão nº: 161101849/2018

Expedição: 26/10/2018, às 13:53:26

Validade: 23/04/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.033.776/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 23932/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Jaguaré / ES**.

### **ANÁLISE**

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:



O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	<p>A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.</p> <p><b>Observação 1:</b> o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com a comprovação de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).</p> <p><b>Observação 2:</b> o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).</p> <p><b>Observação 3:</b> É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.</p>
			<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. O art. 5º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o</p>

	Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	ingresso do associado à aprovação pela diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está expressamente previsto o ingresso <b>gratuito</b> , como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.  b. A diretoria só pode ser reconduzida uma <b>única vez</b> , conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.
	Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

## CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

8. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

9. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

10. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes, Técnico de Nível Superior**, em 26/10/2018, às 14:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/11/2018, às 15:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3501550** e o código CRC **CC892371**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3501550





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 43042/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

PEDRO SEGANTINI

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES** (CNPJ nº 31.033.776/0001-31)

Rod. BR 381 Miguel Curry Carneiro Km 35 Bairro Nova Aymores (aos cuidados de Assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME)  
29.949-040 / São Mateus - ES

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.046138/2018-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23932/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/11/2018, às 15:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3504283** e o código CRC **74610A5A**.

**ARJA**

**ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

**PROCESSO Nº 01250.046138/2018-11**

**OFICIO Nº 43042/2018SEI-MCTIC**

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES**

Em atendimento ao processo e ofício descrito acima referente a nota técnica nº **23932/2018/SEI-MCTIC** . Segue em anexo as solicitações deste ministério.

Informamos ainda que o endereço para correspondência permanece o mesmo.

Rod. Br 381 Miguel Curry carneiro km 35 Bairro Nova Aymores(aos cuidados de assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME ) cep 29949-040 São Mateus – ES .

**ARJA ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 14/12/18 às 08:50 horas

Assinatura: Pereira

**ANEXO 6**  
**FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

**MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
**SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM**

**1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:**

- ☒ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga
- ☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

**2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

RAZÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O R U R A L J A G U A R E N S E .

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

3 1 . 0 3 3 . 7 6 6 / 0 0 0 1 - 3 1

**3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE**

LOGRADOURO

R O D . - E S - 3 5 6 - C O M U N I D . V A R G E M G R A N D E .

BAIRRO

Z O N A R U R A L .

CIDADE

J A G U A R E .

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: N - Norte ou S - Sul)

E S 1 8 ° 4 9 ' 1 4 " S 4 0 ° 0 9 ' 1 6 " W

**4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR**

LOGRADOURO

R O D . - E S - 3 5 6 - C O M U N I D . V A R G E M G R A N D E .

BAIRRO

Z O N A R U R A L .

CIDADE

J A G U A R E .

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: N - Norte ou S - Sul)

E S 1 8 ° 4 9 ' 1 4 " S 4 0 ° 0 9 ' 1 6 " W

**5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO**

LOGRADOURO

R O D . - E S - 3 5 6 - C O M U N I D . V A R G E M G R A N D E .

BAIRRO

Z O N A R U R A L .

CIDADE

J A G U A R E .



COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

| | | | | | | | | | E S | 1 8 \* 4 9 , 1 4 " S | 4 0 \* 0 9 , 1 6 " W

## 6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

S	A	M	I	N	D.	C	O	M.	D	E	E	Q	U	I	P.	E	L	E	T	R	Ô	N.	L	T	D	A.
---	---	---	---	---	----	---	---	----	---	---	---	---	---	---	----	---	---	---	---	---	---	----	---	---	---	----

## MODELO

## POTÊNCIA

№

### HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

HOMOLOGACIÓN/CERTIFICACIÓN																																		
T	2	5																2	5	,	0	W	0	1	2	4	-	0	7	-	3	7	0	8

**7 – ANTENA/TORRE**

FABRICANTE DA ANTENA

FABRICANTE DA ANTENA

N	O	V	A	T	E	R		A	N	T	E	N	A	S		I	N	D.		C	O	M.		L	T	D	A			
---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	----	--	---	---	----	--	---	---	---	---	--	--	--

## MODELO

POLARIZAÇÃO

POLARIZAÇÃO																						
I	N	V	-	R	A	D	C	O	M	.					V	X	C		E		H	

TIPO

O	M	N	I	D	I	R	E	C	I	O	N	A	L	02	D	I	P	O	L	O	S	A	B	E	R	T	O	S
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

GANHO max (Gt)

**ALTITUDE DO LOCAL**

### ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTEDE DO LOCAL																								
		0	,	0	dBd		9	5	,	0	m		3	0	,	0	m			3	0	,	0	m

## 8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

## MODELO

FABRICANTE										MODELO																						
R	F	S		C	A	B	O	S		E	S	P	E	C	I	A	I	S				C	E	L	F	L	E	X		1	/	2"

COMPRIMENTO (L)

**EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )**

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )					PERDAS POR REFLEXÃO ( $\alpha$ )					PERDAS POR ATENUAÇÃO ( $\beta$ )									
4	0	,	0	m	2	,	6	0	dB	1	,	0	4	dB	0	,	7	8	7

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

### 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,787) = -17,06 \text{ dBk}$$

$P_t$  = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

**Gvt** = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$\eta$  = Eficiência da linha de transmissão.

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

**10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA**

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + (-17,06) - 20 \log 1,0 = 89,94 \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

\*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

**11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA**

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
	X	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo.</b>
	X	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
	X	O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
	X	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

**12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA**

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	0:00	24:00
Segunda-feira	0:00	24:00
Terça-feira	0:00	24:00
Quarta-feira	0:00	24:00
Quinta-feira	0:00	24:00
Sexta-feira	0:00	24:00
Sábado	0:00	24:00

**13 – OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE**

A LIGAÇÃO ESTÚDIO – TRANSMISSOR SE DÁ ATRAVÉS DE LINHA FÍSICA .

**14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA**

NOME COMPLETO

J O R G E L U I Z R E I N E R T

REG.CREA

0 3 0 6 6 3 8

ENDEREÇO

R U A P R E F E I T O A R I S T I D E S

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

L A R G U R A - 3 1 6

BAIRRO

A M É R I C A

CIDADE

UF

J O I N V I L L E S C

CEP

8 9 2 0 4 - 1 4 5

TELEFONE

4 7 - 9 9 5 7 - 8 5 3 7

FAX

E-MAIL

e n g r e i n e r t 1 2 2 @ g m a i l . c o m

LOCAL

J O I N V I L L E

DATA

0 3 / 1 2 / 2 0 1 8

ASSINATURA

**15 – DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE**

NOME COMPLETO

P E D R O S E G A N T I N I

LOCAL

R O D . E S - 3 5 6 - C O M U N I D .

DATA

0 3 / 1 2 / 2 0 1 8

VARGEM GRANDE - ZONA RURAL JAGUARE /ES – CEP : 29950-000.

ASSINATURA

Pedro Segantini

**ATENÇÃO:**

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.





1. Responsável Técnico

**JORGE LUIZ REINERT**

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 2505138877

Registro: 030663-8-SC

Empresa Contratada:

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE .

Endereço: ROD. ES -356 - COM. VARGEM GRANDE .

Complemento:

Cidade: JAGUARE

Valor da Obra/Serviço/Contrato: R\$ 400,00

CPF/CNPJ: 31.033.776/0001-31

Nº: S/N

Bairro: ZONA RURAL .

UF: ES

CEP: 29950-000

Ação Institucional:

3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE .

Endereço: ROD. ES -356 - COM. VARGEM GRANDE .

Complemento:

Cidade: JAGUARE

Data de Início: 03/12/2018

Data de Término: 17/04/2019

CPF/CNPJ: 31.033.776/0001-31

Nº: S/N

Bairro: ZONA RURAL .

UF: ES

CEP: 29950-000

Coordenadas Geográficas:

4. Atividade Técnica

Projeto

**Sistema de radiodifusão**

Dimensão do Trabalho:

1,00

Unidade(s)

5. Observações

PROJETO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA .

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Informações

A ART é válida somente após o pagamento da taxa.

Situação do pagamento da taxa da ART em 03/12/2018:

TAXA DA ART A PAGAR NO VALOR DE R\$ 82,94 VENCIMENTO: 13/12/2018

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-sc.org.br/art](http://www.crea-sc.org.br/art).

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

JOINVILLE - SC, 03 de Dezembro de 2018

JORGE LUIZ REINERT

765.626.549-04

Contratante: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE .

31.033.776/0001-31



**CREA-SC**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

**Descrição de débitos**

- PROFISSIONAL JORGE LUIZ REINERT
- PROPRIETARIO ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE
- LOCALIZACAO ROD ES 356 COM VARGEM GRANDE S N
- CIDADE JAGUARE ES

**Linha digitável****10490 51152 95001 180447 00083 475731 2 77370000008294****CREA-SC****104-0****Recibo do Sacado**

Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64) Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Caixa Postal: 125 - CEP: 88034-001 - Itacorubi - Florianópolis / SC				Vencimento <b>13/12/2018</b>	
Nosso Número 140018040008347576		Número do Documento 468040525	Espécie Doc. GUIA	Data Documento 03/12/2018	Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5
(-) Valor Documento <b>82,94</b>		(-) Deduções	(+) Acréscimos	(=) Valor Cobrado	
Sacado JORGE LUIZ REINERT (CPF 765.626.549-04)					

Autenticação Mecânica

**CAIXA****104-0****10490.51152 95001.180447 00083.475731 2 77370000008294**

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE					Vencimento	<b>13/12/2018</b>
Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64)					Agência / Cod. Cedente	
					1011 / 051159-5	
Data Documento	03/12/2018	Número do Documento	468040525	Espécie Doc. GUIA	Aceite N	Data Processamento 03/12/2018
Uso do Banco	Carteira RG	Esp. Moeda R\$	Quantidade	Valor Moeda	Nosso Número	
					140018040008347576	
					(-) Valor Documento	
					<b>82,94</b>	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):  NUM. ART 6804052-5 PROFISSIONAL 030663-8  Data/Hora Geração Boleto: 03/12/2018 13:47:28					(-) Descontos	
					(-) Outras Deduções	
					(+/-) Mora / Multa	
					(+/-) Outros Acréscimos	
					(-) Valor Cobrado	

Sacado

JORGE LUIZ REINERT (CPF 765.626.549-04)

RUA MARCIONILO DOS SANTOS 150 - CORTICEIRA - GUARAMIRIM - SC CEP: 89270000

Sacador/Avalista

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica



**INFORMAÇÕES DO DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO RURAL  
JAGUARENSE ( ARJA ).**

Nome do dirigente: PEDRO SEGANTINI

Cargo: Diretor Geral

Endereço: CORREGO SÃO BRAZ S/N ZONA RURAL CEP: 29950-000  
JAGUARE E.S

Coordenadas geográficas : Latitude: 18° 48' .47" S Longitude: 40° 09' 23" W

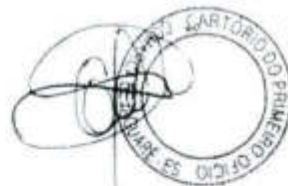
Assinatura





AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autenticada nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94.  
Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:48:38.

Andreza Espinoza - escrevente auxiliar  
Selo: 803324, JVD18051211, consulte autenticidade em www.escritorio.org.br  
Emolumentos: R\$ 2,83 taxas R\$ 0,84 Total: R\$3,67 Ueud



Cartório de Grego Silva

## DECLARAÇÃO NO ESTATUTO SOCIAL I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**, doravante denominada (sigla) **ARJA**, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede, na Rodovia ES 356 comunidade Vargem Grande zona rural s/n, cep 29950-000 na cidade de jaguaré Estado do Espírito Santo.

Parágrafo Único - A **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**, utilizará como denominação fantasia **ARJA** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A associação **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**, tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

### I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

### II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar

*(assinatura)*

*(assinatura)*

*(assinatura)*  
Marcelo de Melo Guilherme  
Advogado  
OAB-ES 25.820



# AUTENTICAÇÃO NO VERSO



o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraidas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da ARJA será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

**Artigo 5º.** São consideradas sócios todas as pessoas físicas e jurídicas desde que legalmente constituída, com residência ou sede neste Município, e que solicite o pedido de associado ao preencher uma ficha na sede da entidade, onde esta conterá informações e dados pessoais da pessoa física, ou da entidade que deseje ser associado.

**Art. 6º** - A ARJA, será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de constituição.

II – Contribuintes ou Efetivos.

III – Honorários.

**Art. 7º** - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

## III - Dos direitos dos associados:

- a) Será garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade.
- b) Ter voz e voto nas assembleias da entidade;
- c) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos;
- d) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela associação;

## IV - DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação,
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação,
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

## V - DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado devera

Marcelo de Melo Guilherme  
Advogado  
OAB-ES 25.820

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTORIO NESTOR GOMES - 027 3110-0032

AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução  
fiel do original e autenticada nos termos do art. 7.V da Lei 8935/94.  
Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:48:58.

Andreza Lacerda Pereira-escrevente auxiliar  
Selo: 023374.JVD1805.0043V Consulte autenticidade em  
Enolumentos: R\$ 2,83 Taxa: R\$ 0,64 Total: R\$3,47





# AUTENTICAÇÃO NO VERSO



preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da associação, que observará os seguintes critérios:

- I. Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- II. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- III. Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

## VI - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando o órgão competente da Associação seu pedido de demissão.

## VII - DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A exclusão do associado se dará nas seguintes questões;

- I. Grave violação do estatuto;
- II. Difamar a Associação, seus membros, associados ou objetos;
- III. Atividades que contrariem decisões de Assembleias;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas;
- VII. O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto a associação.

Parágrafo único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria, cabendo sempre recurso a Assembleia Geral.

## III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ARJA ,

- a) Assembleia Geral ,
- b) Diretoria,
- c) Conselho Comunitário,

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da ARJA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 26 do mês de novembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARJA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Marcelo de Melo Guilherme  
Advogado  
OAB-ES 25.820

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTÓRIO HESTOR GOMES - 027 3118-0032

AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autentico-a nos termos do art. 7.V da Lei 8933/94.  
Hestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:48:50.

Andreza Lúcio Pereira-escrevente auxiliar  
Gelo: 023374.JVD1805.0044. Consulte autenticidade em: 027.3118-0032  
Emolumentos: R\$ 2,83 Taxa: R\$ 0,04 Total: R\$3,27





## AUTENTICAÇÃO NO VERSO



Carteira de Advogado

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ARJA**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral. Ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§1º - A Diretoria da **ARJA** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a **ARJA** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da **ARJA**.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao diretor geral compete: representar a **ARJA**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente

*Assinatura*

Marcelo de Melo Guilhermi  
Advogado  
OAB-ES 25.828



AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTÓRIO NESTOR GOMES - 027 3118-0032

AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico nos termos do art. 7.º da Lei 8971/94.  
Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:40:52

Andreza Lacerda de Almeida - escrevente auxiliar  
Selo: 023374 - VDI 0057 - 041 - consulta autenticidade em  
Emolumentos: R\$ 2,80 (taxas) R\$ 0,84 total: R\$ 3,64



## AUTENTICAÇÃO NO VERSO



todos documentos concernentes a vida financeira da **ARJA**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

### V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

### VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **ARJA**, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

*Requerimento*

Marcelo de Melo Guilherme  
Advogado  
OAB-ES 25.820

AUTENTICACAO  
NO VERSO

CARTORIO NESTOR GOMES - 027 3118-0032

AUTENTICACAO: Certifico que esta fotocópia é reprodução  
fiel do original e autenticada nos termos do art. 7.V da Lei 9935/94.  
Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:48:50.

Andreia Capiche - escrevente auxiliar  
Selo: 023374.JVD1805.00018. Consulte autenticidade em www.  
Emolumentos: R\$ 2,83 Taxa: R\$ 0,84 Total: R\$3,67 Usuar







Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

**VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO**

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º - A dissolução da **ARJA**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

**VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**


Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria , com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG dia 26 de novembro de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Jaguare- E.S 26 de novembro de 2018 .

**Presentes:**

Pedro Segantini \_\_\_\_\_  
Lorrane Da Cruz Silva \_\_\_\_\_  
Francina Rosa Ribeiro Ferreira \_\_\_\_\_  
Andre Suim \_\_\_\_\_  
Itiara pires Negris \_\_\_\_\_  
Simão Cunha \_\_\_\_\_  
Érica da Silva Ferreira \_\_\_\_\_  
Nair Bernado Da Cruz Pereira \_\_\_\_\_  
Helio Oliveira Marcolino \_\_\_\_\_

  
Marcelo de Melo Guilherme  
Advogado  
OAB-ES 25.820


CARTORIO NESTOR GOMES - 027 3118-0922

AUTENTICAÇÃO: O Cartório que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autenticação nos termos do art. 7.V da Lei 8955/94. Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:40

Andreza Lemos Pereira-escrevente auxiliar  
Selo: B23374.JVD1905. Consulte autenticidade  
Emolumentos: R\$ 2,85 Taxa: R\$ 0,84 Total: R\$3,67



**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - RPJ**  
RUA TANCREDO A. NEVES, 444, CENTRO, JAGUARE - ES  
Cep: 29950000 - Tel: 37691356 - e-mail: cartoriorgijaguare@gmail

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 022051 K051204 01207 - Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br Empl: R\$188,14, FUNEPJ: R\$10,06, FARPEN: R\$0,00 FADESPES: R\$9,29, FUN-AD: R\$9,29 TOTAL: R\$236,87	
Protocolo Nº. 549, em 30/11/2018, LIVRO 1-A, Fis. Ato: Averbação Nº 1 do Registro-159 - Livro A	
Jaguare-ES, 12/12/2018	
CALIXTO GONZALEZ DAGOSTINI	

CARTÓRIO NESTOR GOMES - 027 3118-0032

AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico nos termos do art. 7.V da Lei 8936/94.  
Nestor Gomes, S. Mateus/ES, 12 de dezembro de 2018-14:48:58.

Andreza Caputo Pereira-escrevente auxiliar  
Selo: 023374, JVD1805, 00420, consulte autenticidade em www.tjto.jus.br  
Emolumentos: R\$ 2,83 Taxas: R\$ 0,84 Total: R\$3,67



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 31033776/0001-31  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE  
**Nome Fantasia:** ARJA  
**Endereço:** ROD ES 356 SN ZONA RURAL / COMUNIDADE VARQEM G / JAGUARE / ES / 29950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/12/2018 a 02/01/2019

**Certificação Número:** 2018120413254737942161

Informação obtida em 12/12/2018, às 17:25:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





AR

**MINISTERIO DA CIENCIA , TECNOLOGIA ,INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES**

**SECRETARIA DE RADIOFUSÃO**

**COORDENAÇÃO GERAL DE RADIOFUSÃO COMUNITARIA –  
CGRC ESPLANADA DOS MINISTERIOS ,BLOCO R, SALA 307  
ANEXO OESTE CEP 70.044-900 BRASILIA DF**

**ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

**Rod. Br 381 Miguel Curry carneiro km 35 Bairro Nova  
Aymores(aos cuidados de assistência Empresarial Will Kloss  
LTDA ME ) cep 29949-040 São Mateus –ES .**

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 43042/2018/SEI-MCTIC, 01/11/2018

01250.046138/2018-11

PEDRO SEGANTINI

ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES

Rod. BR 381 Miguel Curry Carneiro Km 35 Bairro Nova Aymores

(aos cuidados de Assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME)

29.949-040

São Mateus / ES

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

26/11/2018

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
RUBRICADO / RUBRIQUÉNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2043.838

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

26 R 61419062

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS E/OU Nº DE REGISTRO DO ENDREÇO)

JU 08481314 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

14 NOV 2018

ENDEREÇO DE DESTINO / ADDRESS OF DESTINATION

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	h	2	h	3	h
---	---	---	---	---	---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENTEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITE

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 - Brasília - DF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>31.033.776/0001-31</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>13/07/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARJA</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>ROD ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE</b>		NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>29.950-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>AFKLOSS@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(27) 3771-2099</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>13/07/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/02/2019** às **16:00:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ:** **31.033.776/0001-31**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 15:59:30 do dia 13/02/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



--



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 31.033.776/0001-31 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 31033776/0001-31  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE  
**Nome Fantasia:** ARJA  
**Endereço:** ROD ES 356 SN ZONA RURAL / COMUNIDADE VARQEM G / JAGUARE / ES / 29950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/01/2019 a 28/02/2019

**Certificação Número:** 2019013005305954250379

Informação obtida em 13/02/2019, às 16:02:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 31.033.776/0001-31

Certidão nº: 167734416/2019

Expedição: 13/02/2019, às 16:02:51

Validade: 11/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.033.776/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.046138/2018-11, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**, na localidade de Jaguaré/ES, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 19/02/2019, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3848985** e o código CRC **8EC5C0F1**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3848985

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Jaguaré/ES, e do Tribunal de Justiça do Estado de Espírito Santo, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 19/02/2019, às 18:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3848994** e o código CRC **58F07C1F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3848994





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

2/18/19 2:44 PM

Página 1 de 5

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	ES	JAGUARÉ	01250.046138/2018	112	18S4914	40W0916	EXINST	ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE
8.20	ES	SÃO MATEUS	53000.037266/2007	23	18S4633	40W1259	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIO DO ASSENTAMENTO GEORGINA
12.40	ES	JAGUARÉ	53660.000023/2000	8	18S5414	40W0434	ARQDE F	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR DE JAGUARÉ
12.51	ES	SÃO MATEUS	53660.000266/1999	21	18S4342	40W1321	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DO DISTRITO DE NESTOR GOMES
12.71	ES	JAGUARÉ	53000.018548/2012	0	18S5424	40W0430	ARQPO T	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.71	ES	JAGUARÉ	53660.000225/1999	8	18S5419	40W0424	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE JAGUARÉ
12.71	ES	JAGUARÉ	53660.000775/1998	5	18S5424	40W0430	LDE	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.71	ES	JAGUARÉ	53900.000744/2014	5	18S5424	40W0430	ADRRE N	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
12.84	ES	JAGUARÉ	53000.048170/2012	5	18S5421	40W0420	ARQPO S	FUNDACAO ZILDA SARTORIO ALTOE
13.19	ES	SÃO MATEUS	53000.010768/2008	29	18S4307	40W1307	ARQDE F	ASSOCIACAO REGIONAL CULTURAL DE NESTOR GOMES
26.49	ES	BAIXO GUANDU	53000.036695/2003	0	19S0101	40W0044	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO ROSARIO II
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53660.000694/1998	4	18S4153	40W2350	LDE	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53000.056606/2011	0	18S4151	40W2349	RECRE N	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

2/18/19 2:44 PM

Página 2 de 5

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
28.99	ES	NOVA VENÉCIA	53000.006262/2012	0	18S4153	40W2350	ARQPO T	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO RUBIA
29.67	ES	VILA VALÉRIO	01250.046132/2018	112	18S5856	40W2243	EXIHAB	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
30.48	ES	VILA VALÉRIO	53100.000860/2004	19	18S5907	40W2309	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
31.66	ES	VILA VALÉRIO	53000.028013/2009	28	18S5952	40W2323	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
31.66	ES	VILA VALÉRIO	53000.064140/2012	0	18S5952	40W2323	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE VILA VALERIO/ES
31.68	ES	VILA VALÉRIO	53900.000828/2014	0	18S5952	40W2324	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
31.95	ES	VILA VALÉRIO	53900.036834/2014	0	18S5959	40W2330	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIOFUSAO DE VILA VALERIO ESPIRITO SANTO
32.22	ES	SÃO MATEUS	53000.003439/2001	12	18S4256	39W5210	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PENIEL DE RADIODIFUSAO
32.42	ES	VILA VALÉRIO	53000.000144/2003	28	18S5952	40W2356	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VILA VALERIO
33.18	ES	SÃO MATEUS	53000.053771/2005	21	18S4316	39W5127	DEC	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.18	ES	SÃO MATEUS	53900.072494/2015	21	18S4316	39W5127	ARQPO T	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.18	ES	SÃO MATEUS	53900.044129/2016	21	18S4316	39W5127	ARQPO T	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
33.75	ES	SÃO MATEUS	53000.046486/2011	0	18S4314	39W5107	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MATEUS



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

2/18/19 2:44 PM

Página 3 de 5

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.37	ES	SÃO MATEUS	53000.018516/2005	21	18S4316	39W5044	ARQDE F	CENTRO CULTURAL ARACA
34.59	ES	BOA ESPERANÇA	53660.000006/2000	25	18S3224	40W1745	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORAD. DOS BAIRROS VILA TAVARES, VILA FERNANDES
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	53000.057422/2004	25	18S3224	40W1747	LDE	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	01250.003839/2018	25	18S3224	40W1747	ARQPO S	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
34.61	ES	BOA ESPERANÇA	53000.045196/2011	25	18S3224	40W1747	ARQPO S	ACECBE - ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE BOA ESPERANCA
41.57	ES	SOORETAMA	53000.005569/2002	17	19S1126	40W0557	ARQDE F	SOCIEDADE SOORETAMA DE COMUNICAÇÃO E FILANTROPIA
41.57	ES	SOORETAMA	53000.003733/2002	0	19S1126	40W0557	RAQ	SOCIEDADE SOORETAMA DE COMUNICAÇÃO E FILANTROPIA
42.29	ES	SOORETAMA	53660.000309/1999	17	19S1149	40W0552	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIO COMUNITARIA DE SOORETAMA/ES
42.29	ES	SOORETAMA	53900.036469/2014	17	19S1149	40W0552	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIO COMUNITARIA DE SOORETAMA/ES
43.21	ES	SÃO MATEUS	53900.031111/2015	21	18S4411	39W4514	ARQPO S	ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE
43.25	ES	SÃO MATEUS	01250.006461/2019	0	18S4410	39W4513	CDI	ASSOCIACAO RADIO FM COMUNITARIA DO BALNEARIO DE GURIRI
43.65	ES	SÃO MATEUS	53000.000544/2001	21	18S4428	39W4455	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS COMERCIANTES, EMPRESARIO E PROFISSIONAIS LIBERAIS DA ILHA DE GURIRI - ACEPLIG.
45.54	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000818/1998	0	19S0101	40W3203	RAQ	RADIO COMUNITARIA DIGITAL FM





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500461382018

2/18/19 2:44 PM

Página 4 de 5

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.88	ES	PINHEIROS	53900.011600/2015	4	18S2444	40W1257	ARQPO T	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)
45.88	ES	PINHEIROS	53000.048176/2012	4	18S2444	40W1257	ARQPO T	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)
45.91	ES	PINHEIROS	53660.000721/1998	4	18S2443	40W1257	LDE	ASSOCIACAO UNIDOS PARA COMUNICAO DE PINHEIRO( AUCOP)
46.02	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000807/1998	4	19S0133	40W3203	ARQDE F	FUNDACAO PAVANI
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53660.000831/1998	16	19S0142	40W3204	LDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53000.014703/2013	16	19S0142	40W3204	ARQPO S	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
46.19	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	53900.035797/2015	16	19S0142	40W3204	RAUT	ASSOCIACAO EDUCACIONAL CULTURAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
49.04	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.033419/2012	0	18S2607	39W5542	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.04	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.018437/2012	0	18S2607	39W5542	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.15	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.039508/2007	23	18S3217	39W4745	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PROD. PRO DESENVOLVIMENTO LINHARINHO
49.25	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.006622/2003	20	18S2555	39W5550	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.25	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53000.051841/2012	20	18S2555	39W5550	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO
49.25	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	01250.057700/2018	20	18S2555	39W5550	POS	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO BRACO DO RIO

Nº de Linhas: 0

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 01250.046138/2018 Localidade / UF: JAGUARÉ/ES  
Entidade ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE  
Aviso: 112 Canal 0  
Endereço Sistema Irradiante: ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE Nº S/N - B. ZONA RURAL JAGUARÉ - ES  
Endereço Estúdio: ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE Nº S/N - B. ZONA RURAL JAGUARÉ - ES  
Endereço Sede: ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE Nº S/N - B. ZONA RURAL JAGUARÉ - ES

### Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
---	-----

#### 2. Dados do Transmissor

a. Fabricante :	SAM Ind. e Com. de Equip. Eletrônicos	b. Modelo :	T-25		
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0124073708	e. Potência (W) :	25

#### 3. Dados do Transmissor Reserva

a. Fabricante :		b. Modelo :			
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	

#### 4. Dados da Antena

a. Fabricante:	Innovator Antenas	b. Modelo :	INV-RADCOM		
c. Altura:	30,0	d. Ganho Máximo:	0	5. Intensidade de campo(dBu) :	89.94

#### 6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.

Cleyson De Vasconcelos Silva



## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.046138/2018-11, de interesse da ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES, entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaguaré / ES**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (3860603) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (3860612). Cabe ressaltar que no documento 3689817, pág. 7, consta a autenticação bancária referente ao pagamento da ART.
2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyson de Vasconcelos Silva, Técnico de Nível Superior**, em 18/02/2019, às 14:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3860621** e o código CRC **C9DA0569**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3860621

Município/UF: JAGUARÉ/ES **EXIGÊNCIAS INSTRUÇÃO**

Processo nº 01250.046138/2018-11

CNPJ: 31.033.776/0001-31

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE

Nº do Edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de Inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de Postagem/SEI: fl.79 (3243335) 03/08/2018

2. Tempestividade: (x) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 2/3 (3243335) **pedir novo**

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ( )**

4. Estatuto Social: **9/19 (3689817)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 18/20 (324335) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 18/20 (324335) para o período de 10/06/2018 a 10/06/2020

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 23/29 (3243335)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
<b>PRESIDENTE – Pedro Segantini – f. 23</b>	Não	0052.5485.1406 01/08/1956	558.598.447-00	Não
<b>DIR. ADM – Lorrane da Cruz Silva – f. 24</b>	Não	0372.4551.1414 09/09/1995	126.946.957-60	Não
<b>DIR. OPE – Itiara Pires Negrís – f. 25</b>	Não	0334.3832.1430 02/05/1994	157.301.577-62	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 31/76 (3243335)

9. Vínculo: ( ) SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 78 (3243335)

11. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (**ok**), Certidão FGTS (**ok**), Certidão PGFN (**ok**), Certidão CNDT (**ok**):

**OBSERVAÇÕES: instrução.**

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 7º, III, a
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, III, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, III, c
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 13
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 14

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 7º, V, VI, VII
- c) Direitos e deveres dos associados: 7º
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 17
- e) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos: 11, 15
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 11, 18
- g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com recurso à assembleia: 7º, VII
- h) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o estatuto) e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos (2/3 para destituir administradores e alterar o estatuto): 11
- i) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11
- j) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 19

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: (3848956)
- 2.2 Certidão FGTS: (3848969)
- 2.3 Certidão PGFN : (3848962) débitos
- 2.4 Certidão CNDT: (3848976)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3848994)

**3. Pesquisa Anatel (3849033) e Radar (3848985)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. 2/7 (3689817)

**OBSERVAÇÕES:** NT 23932/2018 recebida em 26/11/2018, resposta em 13/12/2019: estatuto, Anexo 6/ART ok.

13/02/2019: Falta certidão PGFN e novo Anexo 2. Pesquisas vínculos, TSE, TRF2 e TJES ok.



**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## NOTA TÉCNICA Nº 2210/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Jaguaré/ES**.

### ANÁLISE

2. Conforme Nota Técnica nº 23932/2018/SEI-MCTIC (3501550) encaminha por meio do Ofício nº 43042/2018/SEI-MCTIC, recebida em 26/11/2018, conforme Aviso de Recebimento AR SEI 3701281, com o resultado definitivo, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 13/12/2018

3. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a complementação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 22, inciso I	Requerimento de outorga, com as declarações nele elencadas	A Entidade deverá encaminhar <b>novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3849189)</b> contendo <b>todas as declarações</b> nele elencadas, <b>uma vez que há alteração no item XIII</b> , conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser <b>assinado por todos os dirigentes</b> .
Portaria nº 4334/2015/SEI		Certidão conjunta	

4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018	Art. 39, inciso VI	negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (3848962). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
---	--------------------	--	---

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

## CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 19/02/2019, às 18:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/03/2019, às 12:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador





**3849161** e o código CRC **1F5FAF09**.

---

## **Minutas e Anexos**

Requerimento de outorga 3849189

PGFN3848962

---

---

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 3849161



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4643/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)  
PEDRO SEGANTINI  
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** (CNPJ nº 31.033.776/0001-31)  
Rod. BR 381 Miguel Curry Carneiro Km 35 Bairro Nova Aymores (aos cuidados de Assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME)  
29949-040 - SÃO MATEUS - ES

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.046138/2018-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2210/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/03/2019, às 12:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3849204** e o código CRC **2FC5109A**.





AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 4643/2019/SEI-MCTIC, 07/03/2019

Processo: 01250.046138/2018-11

PEDRO SEGANTINI

ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE

Rod. BR 381 Miguel Curry Carneiro Km 35 Bairro Nova Aymores  
(aos cuidados de Assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME)

CEP: 29949-040

SÃO MATEUS / ES

ASSINATURA DO RECEBEDOR - SIGNATURE DU RECEPTEUR

Simone B. Almeida

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE RÉCEPTION

05 04 19

CAVISO DE ENTREGA  
AVIS DE DÉLIVRANCE  
DÉLIVRANCE DÉCLARÉENÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBIMENTO - NÚMÉRO D'IDENTIFICATION

3350 227

PREENCHER AQUI - À COMPLETER  
S'IL VOUS LE FAUT

Assinatura do Recebedor

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO / ADRESSE DE RETOUR D'OBJET

Aviso de Recebimento (AR) OFI 4643 (4109319)

SEI 01250.046138/2018-11 / pg. 29



 <b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AR</b>		<b>JU 11039487 0 BR</b>							
<b>13 MAR 2019</b> <b>BRASILIA - BS</b>		<b>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</b>							
PREVISOR COM LETRA DE FONTE		<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>							
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOMENCLATURE SOCIAL DE L'EXPÉDIENT		Serviço Público Federal Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Secretaria de Planejamento Coordenação Geral de Planejamento Comunitário - CGPC Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste 70.044-900 Brasília - DF							
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		BRASIL BRASIL							
CIDADE - LOCALITE		70.044-900 Brasília - DF							
DEVOÇÃO RETOUR		<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>							

**ARJA**

**ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

**PROCESSO Nº 01250.046138/2018-11**

**OFICIO Nº 4643/2019/SEI-MCTIC**

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES**

Em atendimento ao processo e ofício descrito acima referente a nota técnica nº **2210/2019/SEI-MCTIC** . Segue em anexo as solicitações deste ministério.

Informamos ainda que o endereço para correspondência permanece o mesmo.

Rod. Br 381 Miguel Curry carneiro km 35 Bairro Nova Aymores(aos cuidados de assistência Empresarial Will Kloss LTDA ME ) cep 29949-040 São Mateus – ES .

**ARJA ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 11/04/19 às 14:00 horas  
Assinatura: Rançúcio



# REQUERIMENTO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE	
Nome Fantasia: POSITIVA FM	
CNPJ: 31.033.776/0001-31	
Endereço de Sede: ROD.ES 356	Nº: s/n
Bairro: COMUNIDADE VARGEM GRANDE	CEP: 29950-000
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Endereço eletrônico (e-mail): AFKLOSS@HOTMAIL.COM	FONE 27 99511-7506
Endereço de correspondência: ROD BR 381. MIGUEL CURRY CARNEIRO KM 35 AOS CUIDADOS DE ASSITENCIA EMPRESARIAL WILL KLOSS LTDA ME	
Bairro: NOVA AYMORES	CEP: 29949-040
Cidade: SÃO MATEUS	UF: E.S

Localização proposta para instalação do Sistema Irradiante	
Endereço: RODOVIA ES 356 COMUNIDADE VARGEM GRANDE	Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL	CEP: 29950-000
Cidade: JAGUARE	UF: E.S
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude: 18º (N/S) 49' 14"
	Longitude: 40 ° W 09' 16"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **112/2018/SEI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município de Jaguaré estado do Espírito Santo acima descritos .

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.



VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora.

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: PEDRO SEGANTINI		
Cargo: Diretor Geral	Tit. Eleitor: 0052.5485.1406	
RG: 470.424	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 558.598.447-00
Endereço: CORREGO SÃO BRAZ		Nº: s/n
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Pedro Segantini</i>		

Nome do dirigente: LORRANE DA CRUZ SILVA		
Cargo: Diretor Administrativo	Tit. Eleitor:	
RG: 3.346.895	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 126.946957-60
Endereço: COMUNIDADE VARGEM GRANDE		Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Lorrane da Cruz Silva</i>		

Nome do dirigente: ITIARA PIRES NEGRIS		
Cargo: Diretor Operações	Tit. Eleitor:	
RG: 8.399.016	Órgão Emissor: SPTC/ES	CPF: 157.301.577-62
Endereço: COMUNIDADE VARGEM GRANDE		Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL		CEP: 29950-000
Assinatura: <i>Itiara Pires Negris</i>		



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**  
**CNPJ: 31.033.776/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:58:09 do dia 05/04/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/10/2019.

Código de controle da certidão: **135E.40C2.237F.2348**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTERIO DA CIENCIA TECNOLOGIA , INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COMUNITARIA E DE  
FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO- GERAL DE RADIODIFUSÃO  
COMUNITARIA ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, 3º ANDAR CEP  
70044-900 BRASILIA – DF



AR



ASSISTENCIA EMPRESARIAL WILL KLOSS LTDA ME

ROD. BR 381 MIGUEL CURRY CARNEIRO KM 35 BAIRRO NOVA AYMORES  
CEP 29949-040 – SÃO MATEUS - ES

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>31.033.776/0001-31</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>13/07/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARJA</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>ROD ES 356, COMUNIDADE VARGEM GRANDE</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>29.950-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>JAGUARE</b>	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>AFKLOSS@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(27) 3771-2099</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>13/07/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/08/2019** às **13:11:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**CNPJ:** **31.033.776/0001-31**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 13:16:13 do dia 09/08/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

--



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE**  
**CNPJ: 31.033.776/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:58:09 do dia 05/04/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 02/10/2019.

Código de controle da certidão: **135E.40C2.237F.2348**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 31.033.776/0001-31  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE  
**Endereço:** ROD ES 356 SN ZONA RURAL / COMUNIDADE VARQUEM G / JAGUARE / ES / 29950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/08/2019 a 06/09/2019

**Certificação Número:** 2019080804315119408027

Informação obtida em 09/08/2019 13:15:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 31.033.776/0001-31

Certidão nº: 179776334/2019

Expedição: 09/08/2019, às 13:13:55

Validade: 04/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RURAL JAGUARENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.033.776/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.046138/2018-11, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE**, na localidade de Jaguaré/ES, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/08/2019, às 15:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489386** e o código CRC **AC4CA1F9**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4489386



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Jaguaré/ES, e do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/08/2019, às 15:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489395** e o código CRC **1F706C28**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4489395

Município/UF: JAGUARÉ/ES **REVISÃO FINAL**

Processo nº 01250.046138/2018-11

CNPJ: 31.033.776/0001-31

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE

Nº do Edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de Inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de Postagem/SEI: fl. 79 (3243335) 03/08/2018

2. Tempestividade: (x) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 2/3 (3243335) **ok**

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. 2/4 (4054734)**

4. Estatuto Social: **9/19 (3689817)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 18/20 (324335) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 18/20 (324335) para o período de 10/06/2018 a 10/06/2020

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 23/29 (3243335)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
<b>PRESIDENTE – Pedro Segantini – f. 23</b>	Não	0052.5485.1406 01/08/1956	558.598.447-00	Não
<b>DIR. ADM – Lorrane da Cruz Silva – f. 24</b>	Não	0372.4551.1414 09/09/1995	126.946.957-60	Não
<b>DIR. OPE – Itiara Pires Negris – f. 25</b>	Não	0334.3832.1430 02/05/1994	157.301.577-62	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 31/76 (3243335)

9. Vínculo: ( ) SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 78 (3243335)

11. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (**ok**), Certidão FGTS (**ok**), Certidão PGFN (**ok**), Certidão CNDT (**ok**):

**OBSERVAÇÕES: instrução.**

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 7º, III, a
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, III, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, III, c
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 13
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 14

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 7º, V, VI, VII
- c) Direitos e deveres dos associados: 7º
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 17
- e) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos: 11, 15
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 11, 18
- g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com recurso à assembleia: 7º, VII
- h) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o estatuto) e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos (2/3 para destituir administradores e alterar o estatuto): 11
- i) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11
- j) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 19

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: (3848956)
- 2.2 Certidão FGTS: (3848969)
- 2.3 Certidão PGFN : (3848962) débitos
- 2.4 Certidão CNDT: (3848976)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3848994)

**3. Pesquisa Anatel (3849033) e Radar (3848985)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. 2/7 (3689817)

**OBSERVAÇÕES:** NT 23932/2018 recebida em 26/11/2018, resposta em 13/12/2018: estatuto, Anexo 6/ART ok.

13/02/2019: Falta certidão PGFN e novo Anexo 2. Pesquisas vínculos, TSE, TRF2 e TJES ok.

09/08/2019: NT 2210/2019 recebida em 05/04/2019, resposta em 09/04/2019: Anexo 2 e PGFN ok. Pesquisas vínculos, TSE, TRF2 e TJES ok. Revisão final.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 13988/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaguaré/ES**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

### **ANÁLISE**

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 03/08/2018, às fl. 2/3 (3243335), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Segantini Diretor Administrativo: Lorrane da Cruz Silva Diretor Operações: Itiara Pires Negris
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE

Endereço: Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, Jaguaré/ES
Coordenadas geográficas: 18°49'14"S de latitude e 40°09'16"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, Jaguaré/ES

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 2/4 (4054734)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 9/19 (3689817)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 18/20 (3243335)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 18/20 (3243335)

5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 23/29 (3243335)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 31/76 (3243335)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 78 (3243335)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 2/7 (3689817)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	4487940
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	4489346
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	4489375
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	4489370
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	4489380
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	4489386

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro



quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Jaguaré/ES, e do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 4489395.

## CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.046138/2018-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rural Jaguareense, inscrita no CNPJ sob nº 31.033.776/0001-31, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré/ES, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica

da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0000/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA  
PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguareense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998,

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/08/2019, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/08/2019, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 15/08/2019, às 18:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/08/2019, às 18:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489441** e o código CRC **218116C2**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.046138/2018-11**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

I – Seleção para obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Jaguaré/ES**.

II – Pelo deferimento do pedido de outorga.

III – Devolução dos autos à SERAD.

## **I – DO RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD) submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica processo relativo à seleção para obtenção da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Jaguaré/ES**.

2. Conforme constou na [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#), o Edital nº 112/2018, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 03/08/2018. No caso em apreço, o pedido da interessada é tempestivo, pois foi protocolado em 03/08/2018, conforme carimbos dos Correios às fls. 79 SEI [3243335](#) e o [Checklist RadCom \(4489435\)](#).

3. Em continuidade, a SERAD, ao proceder à análise dos documentos entregues, concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que, considerando o raio de quatro quilômetros, não houve concorrentes na presente seleção. Ao final, posicionou-se pelo deferimento da outorga à **Associação Rural Jaguareense** (SEI [4489441](#)).

4. O resultado da habilitação da entidade e a convocação para apresentação dos documentos da fase de instrução foi procedido por meio da [Nota Técnica 23932 \(3501550\)](#).

5. O roteiro de análise de instalação acostado no SEI 3860612 conclui que está o "*processo tecnicamente instruído em segunda fase*".

6. Eis o relatório.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

7. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "*Das Consultorias Jurídicas*" no contexto da Advocacia-Geral da União, senão, veja-se:

Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

- I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;
- II - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;
- III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;
- V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;
- VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:
- a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
- b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

8. Inicialmente, consigna-se que o pleito apresentado pela entidade será analisado à luz da Constituição Federal, da Lei n. 9.612/1998, do Decreto n. 2.615/1998, e da Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

9. Além disso, oportuno registrar que a manifestação a ser oferecida nestes autos limitar-se-á ao exame da legalidade e da juridicidade dos atos administrativos praticados no curso deste processo seletivo de autorização para execução dos serviços de radiodifusão comunitária. Isto significa que as questões do mérito administrativo não serão objeto de análise, tendo em vista as competências institucionais das unidades consultivas da Advocacia-Geral da União, previstas no art. 11 da Lei Complementar n. 73/1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica da AGU.

10. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que o Edital nº 112/2018, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 03/08/2018. No caso em apreço, o pedido da interessada é tempestivo, pois foi protocolado em 03/08/2018, conforme carimbos dos Correios às fls. 79 SEI [3243335](#) e o [Checklist RadCom \(4489435\)](#).

11. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), destacando-se os ora verificados na [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#):

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 2/4 ( <a href="#">4054734</a> )
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 9/19 ( <a href="#">3689817</a> )
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 18/20 ( <a href="#">3243335</a> )
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 18/20 ( <a href="#">3243335</a> )
5. Comprovações relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 23/29 ( <a href="#">3243335</a> )

6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 31/76 ( <a href="#">3243335</a> )
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 78 ( <a href="#">3243335</a> )
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 2/7 ( <a href="#">3689817</a> )
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	<a href="#">4487940</a>
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	<a href="#">4489346</a>
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	<a href="#">4489375</a>
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	<a href="#">4489370</a>
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	<a href="#">4489380</a>
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	<a href="#">4489386</a>

12. Realce-se que no estatuto social da entidade, em seu art. 14 e respectivo parágrafo único (fls. 16 SEI [3689817](#)), consta a previsão de instituição de Conselho Comunitário, conforme ao que preconiza o art. 8º da Lei nº 9.612, de 1998.

13. Consta, ainda, a previsão do ingresso gratuito dos associados (art. 7º, inc. III, alínea "a", fls. 10 SEI [3689817](#)). Por sua vez, também se verifica a previsão dos direitos e garantias aos associados exigidos pela redação atual dos incisos do art. 40 da Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC (art. 7º e seus incisos, fls. 10 SEI [3689817](#)).

14. No tocante aos documentos de instrução, o processo atende o disposto nos incisos I e II do art. 39 da Portaria nº 4.334/2015, com a redação alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC: i) comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento (fls. 78 SEI [3243335](#)); ii) formulário de dados de funcionamento da estação, acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica - ART -, sendo ambos os documentos apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (fls. 2/7 SEI [3689817](#) e conforme atesta o [Despacho SECOM 3860621](#), segundo o qual "no documento [3689817](#), pág. 7, consta a autenticação bancária referente ao pagamento da ART").

15. Além disso, atende também aos documentos exigidos pelos demais incisos do referido art. 39, quais sejam: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho - todos constantes nos SEI's indicados na [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#), ora verificados e supratranscritos no item 11 desta manifestação. Nesse ponto, faz-se necessário que todos os documentos e certidões estejam atualizados.

16. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da SERAD (constantes às fls. 31/76 SEI [3243335](#)), conforme ateste do *checklist* da [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#), supratranscrito no item 11 da presente), seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse entidade(s)



concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

17. Outrossim, verifica-se que no requerimento da entidade constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da Portaria nº 4.334/2015, com a redação alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

18. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#), bem como o [Despacho SECOM 3860621](#), por meio do qual a área técnica atesta que o processo *"encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (3860603) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (3860612)"*.

19. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR/MCTIC, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/ CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD/MCTIC a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a" (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), da Lei nº 4.117/1962, norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 9.612/98.

20. Quanto à primeira exigência (regularidade da entidade), mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização da ANATEL, por meio do [Despacho SECOM 4489386](#), constatou-se que *"até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"*.

21. Quanto à segunda exigência (regularidade do quadro diretivo da entidade), é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38[1]. .....

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)**

22. Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: *"Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo"*. É exatamente a hipótese dos autos.

23. Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões mencionadas acima ficou atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração **"de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"** (SEI [3640213](#)). E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas ensejam a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa.

24. Por fim, a SERAD atesta, por ocasião do [Checklist RadCom \(4489435\)](#), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/98.

### III – DA CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, opinando pelo **deferimento** do pedido de outorga da requerente - momento em que se pugna pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão.

26. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

27. Por fim, no que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à [Nota Técnica 13988 \(4489441\)](#), observa-se que atendem as formalidades legais, devendo apenas serem objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica antes da remessa ao Exmo. Ministro.

28. É o parecer, que encaminho à apreciação do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Brasília, 21 de agosto de 2019.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250046138201811 e da chave de acesso 3e601af7

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 304515888 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 23-08-2019 08:50. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01153/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.046138/2018-11**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 23 de agosto de 2019.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250046138201811 e da chave de acesso 3e601af7

---

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 305738872 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 23-08-2019 10:24. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 01157/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.046138/2018-11**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **DESPACHO N° 01153/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, aprovando o **PARECER N° 00617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pela Advogada da União, Dra. Alessandra Rodrigues de Castro.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 23 de agosto de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250046138201811 e da chave de acesso 3e601af7

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 305851808 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2019 12:39. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.046138/2018-11

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, para as providências consignadas no Parecer 617/2019 4562542.

Brasília, 23 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico**, em 23/08/2019, às 16:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4564054** e o código CRC **DDABC660**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4564054

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.046138/2018-11

**Referência:** parecer Jurídico 617/2019(4562542)

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES

**Assunto:** Revisão de Outorga

Encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 26/08/2019, às 19:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4564891** e o código CRC **ACEB24A2**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4564891

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em atenção ao Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, 4562542, constante do processo nº 01250.046138/2018-11, que deferiu o pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE** para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Jaguaré / ES**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/09/2019, às 09:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4574223** e o código CRC **69901D8B**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.046138/2018-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rural Jaguareense, inscrita no CNPJ sob nº 31.033.776/0001-31, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré / ES, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguareense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## MINUTA DE

### Portaria

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguarense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4597527** e o código CRC **D81C48B4**.

## MINUTA DE

**(insira aqui o tipo de documento)**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.046138/2018-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rural Jaguareense, inscrita no CNPJ sob nº 31.033.776/0001-31, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré / ES, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### **AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***  
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*



*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4597535** e o código CRC **7E29FC5B**.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4597535

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.046138/2018-11

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO RURAL JAGUARENSE-ES

**Assunto:** Autorização de outorga

Trata-se de minuta de portaria, bem como de exposição de motivos, que visa a outorgar autorização à Associação Rural Jaguarense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC (4489441) e do Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4562542), manifesto-me favorável à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 19/09/2019, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4614216** e o código CRC **5DCDA3F0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4614216



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4981/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguareense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 24/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4653865** e o código CRC **011B400A**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 26/09/2019 11:00:52  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5518130  
**Data prevista de publicação:** 27/09/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12053772	ATO PORTARIA Nº 4878 MIN NOT.rtf	d32883e0d4927806 97c8872cfb8eac6e	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053773	ATO PORTARIA Nº 4972 MIN NOT.rtf	871524fc651b2f5a 528406d0951bd608	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053774	ATO PORTARIA Nº 4973 MIN NOT.rtf	a9672a20f9008b09 94ba33804b3b9ca6	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053775	ATO PORTARIA Nº 4978 MIN NOT.rtf	b41455447b8be980 761d66d1875f17a6	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12053776	ATO PORTARIA Nº 4979 MIN NOT.rtf	891921cec6e9ebc7 6286fff799b664b1	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12053777	ATO PORTARIA Nº 4980 MIN NOT.rtf	b0eb29daaf30f4ec cc8f4ce90a238498	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12053778	ATO PORTARIA Nº 4981 MIN NOT.rtf	9eced5d9985e986e 369d13f4a386769c	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12053779	ATO PORTARIA Nº 4879 MIN NOT.rtf	f739e6eb1b7ab23b 5a38ebd0ea7bd22f	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053780	ATO PORTARIA Nº 4880 MIN NOT.rtf	fda79e5e364f3631 20e8e6599c2a5dcb	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053781	ATO PORTARIA Nº 4881 MIN NOT.rtf	0bb36da61a608305 b17f96f01b9ba651	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053802	ATO PORTARIA Nº 4883 MIN NOT.rtf	135cfd72cd018033 e0773fb887ee9eaa	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>



12053803	ATO PORTARIA Nº 4884 MIN NOT.rtf	92ac4b63a0b9d02c 973ee985366c5459	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053804	ATO PORTARIA Nº 4944 MIN NOT.rtf	da8a08efbe22644d 405ba87cd15ca2ae	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053805	ATO PORTARIA Nº 4969 MIN NOT.rtf	754cc4c57074274b cdc6ecfd0231d5f5	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12053806	ATO PORTARIA Nº 4970 MIN NOT.rtf	4500f5c5d2b68cae 8f9c68d99ce6a395	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>109,00</b>	<b>R\$ 3.601,36</b>

PORTARIA Nº 4.979-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.071395/2013-14, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural Ação e Cidadania de Vinhedo, CNPJ nº 19.263.635/0001-00, cuja sede se situa na Rua do Bosque nº 184 Jardim Panorama, na localidade de Vinhedo, Estado de São Pulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.980-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.002019/2014-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande, CNPJ nº 11.627.938/0001-52, cuja sede se situa na Rua Jamil Basmage, nº 1790 - Bairro Nova Bahia, na localidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 292, cuja frequência é de 106,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.981-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.046138/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rural Jaguareense, CNPJ nº 31.033.776/0001-31, cuja sede se situa na Rodovia ES-356, Comunidade Vargem Grande, s/nº, Zona Rural, na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.982-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.038843/2016-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural de Radiodifusão Shalon, CNPJ nº 26.649.614/0001-92, cuja sede se situa na Rua Pedro Trindade, nº 365 - Centro, na localidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.983-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042234/2018-82, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Tamoios, CNPJ nº 15.682.932/0001-39, cuja sede se situa na Rua Bem Te Vi, nº 5014, Bairro Aquarius, Distrito de Tamoios - 2º Distrito, na localidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.984-SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044950/2018-02, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Artística de Dobrada, CNPJ nº 30.312.668/0001-35, cuja sede se situa na Ernandez Bezerra da Silva, nº 104 - B. Jardim Alcides Bernardo, na localidade de Dobrada, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 198, cuja frequência é de 87,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.988-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.016281/2014-49, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 210 E (duzentos e dez - Educativo), classe A1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Florianópolis/SC, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.990-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.024027/2013-87, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 236 E (duzentos e trinta e seis - Educativo), classe A4, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Ribeirão Preto/SP, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.991-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.064212/2017-92, resolve:

Art. 1º Consignar ao Centro de Comunicação Social da Marinha, o canal 281E (duzentos e oitenta e um ), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Belém/PA, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.992-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.023611/2013-15, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados, o canal 22 D (vinte e dois Digital), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, no município de Caruaru/PE, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.993-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031199/2012-26, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS o canal 43 D (quarenta e três - Digital), classe B, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, no município de Blumenau/SC, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.994-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.054397/2018-16, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados, o canal 14 (quatorze), classe B, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, no município de Mirassol/SP, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.046138/2018-11.**

Entidade: **Associação Rural Jaguarense.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Haja vista a publicação da Portaria nº 4981 de 20 de setembro de 2019, no Diário Oficial da União de 27/09/2019, que autoriza a **Associação Rural Jaguarense** a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, e em atenção ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o processo nº 01250.046138/2018-11, acompanhado do ato de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/10/2019, às 08:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4689113** e o código CRC **11548EF0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4689113

Brasília, 12 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.046138/2018-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rural Jaguareense, inscrita no CNPJ sob nº 31.033.776/0001-31, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaré / ES, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13988/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 617/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.981-SEI, de 24 de Setembro de 2019, publicada no DOU de 27 de setembro de 2019.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes***



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45706/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Concessão de outorga, Processo nº 01250.046138/2018-11.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de concessão de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908418** e o código CRC **41FD6CBE**.

**Referência:** Processo nº 01250.046138/2018-11

SEI nº 4908418